

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA NORMAL SUPERIOR  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE  
MANAUS: REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DE  
CRIANÇAS IMIGRANTES E REFUGIADAS**

**Manaus – Amazonas**

**2023**

**JOAMELY ISABELE MENDONÇA MATOS**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE  
MANAUS: REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DE  
CRIANÇAS IMIGRANTES E REFUGIADAS**

Monografia apresentada à Universidade do Estado do Amazonas - UEA como requisito final para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia. Sob a orientação da Professora Dra. Osmarina Guimarães de Lima.

**Manaus – Amazonas**

**2023**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
**Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.**

M433se Matos, Joamely Isabele Mendonça  
Estágio Supervisionado Nos Anos Iniciais Do Ensino  
Fundamental Em Uma Escola Municipal De Manaus:  
Reflexões Sobre A Inclusão De Crianças Imigrantes E  
Refugiadas / Joamely Isabele Mendonça Matos. Manaus:  
[s.n], 2023.  
82 f.: il.; 29 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -  
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2023.  
Inclui bibliografia  
Orientador: Lima, Osmarina Guimarães De

1. Anos Iniciais do Ensino Fundamental. 2. Crianças  
Imigrantes. 3. Estágio Supervisionado. 4. Educação  
Inclusiva. I. Lima, Osmarina Guimarães De (Orient.). II.  
Universidade do Estado do Amazonas. III. Estágio  
Supervisionado Nos Anos Iniciais Do Ensino  
Fundamental Em Uma Escola Municipal De Manaus:  
Reflexões Sobre A Inclusão De Crianças Imigrantes E  
Refugiadas

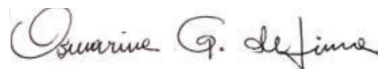
**JOAMELY ISABELE MENDONÇA MATOS**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE MANAUS:  
REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS IMIGRANTES E  
REFUGIADAS**

Monografia julgada adequada para obtenção do título de Licenciada em  
Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas.

**DATA DA APROVAÇÃO: 01/09/23**

**BANCA EXAMINADORA**



Profa. Dra. Osmarina Guimarães de Lima

Orientadora



Profa. MSc. Cristina Carvalho de Araújo  
Membro



Profa. Dra. Érica Vidal Rotondano  
Membro

## **AGRADECIMENTOS**

A minha família, por toda a ajuda e incentivo, que muito contribuíram para a trajetória acadêmica.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade e pelo apoio demonstrado ao longo de todos os períodos e o tempo em que me dediquei a este trabalho.

Aos professores, pelos ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação ao longo do curso.

A minha orientadora Osmarina Guimarães, pela atenciosa orientação, disponibilidade, paciência e por ter acreditado no meu potencial.

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado a você, amigo ou familiar que contribuiu na minha caminhada e que acreditou em mim. Sem vocês eu não teria conseguido.

## RESUMO

Esta monografia apresenta resultados de uma pesquisa sobre Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em uma Escola Municipal de Manaus: reflexões sobre a inclusão de crianças imigrantes e refugiadas. Para o desenvolvimento do trabalho traçamos como objetivo geral analisar a inclusão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das crianças imigrantes e refugiadas. Tendo os seguintes objetivos específicos: identificar os fundamentos legais sobre crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; conhecer projetos e ações para a inclusão de imigrantes e refugiados na escola pública e refletir sobre o trabalho pedagógico com crianças imigrantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os procedimentos metodológicos envolveram a pesquisa bibliográfica, documental, coleta de dados de campo por meio de entrevista e observação participante em uma escola municipal de Manaus. Construímos a fundamentação teórica com base em autores importantes da área, destacando-se: Andressa Pellanda e Marcele Frossard (2022); Leonardo Cavalcanti, Tadeu De Oliveira, Bianca G. Silva (2021); Jefferson Evaristo e Antônio José Da Silva (2021); Bruno Tadeu (2021). A pesquisa documental concentrou-se nas seguintes fontes: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Convenção Das Nações Unidas Sobre Os Direitos Da Criança (1989); Declaração de Jomtien (1990); Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/96; Resolução Nº 7, de 14 de Dezembro de 2010; Base Nacional Comum Curricular (2018); Referencial Curricular Amazonense (2019); Currículo Escolar Municipal (2020); Lei dos Refugiados (1997); Lei de Migração (2017) e Manual do EDUMIGRA (AMAZONAS/UNICEF, 2021). Os sujeitos da pesquisa foram duas professoras, a pedagoga e a gestora. Orientando-se pela abordagem qualitativa, a análise considerou os aportes teóricos e documentais; a observação participante no campo de Estágio e as reflexões construídas ao longo do processo formativo. Os resultados mostram a contribuição do Estágio para nossa formação docente, como também para despertar nosso interesse pela pesquisa a partir das observações e intervenções realizadas na escola, durante a aplicação do Plano de Ação. Nesse sentido, concluímos que o Estágio com pesquisa permitiu relacionar a teoria estudada na Universidade com o dia a dia da escola, buscando responder à questão central da nossa investigação: como tem sido o processo de inclusão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das crianças imigrantes e refugiadas? O que nos ajuda a refletir sobre nosso papel na construção de uma escola inclusiva.

**PALAVRAS CHAVE:** Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Crianças Imigrantes. Estágio Supervisionado. Educação Inclusiva.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I - CRIANÇAS E ADOLESCENTES: GARANTINDO DIREITOS E PROMOVENDO CIDADANIA</b>	<b>9</b>
1.1 Crianças e Adolescentes como Sujeitos de Direitos	10
1.2 Questões relacionadas aos imigrantes e refugiadas no Brasil	24
1.3 Projetos e ações voltados para a inclusão de crianças e adolescentes migrantes e refugiados na escola pública	37
<b>CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>45</b>
2.1. Natureza da Pesquisa	45
2.2 Etapas da Pesquisa	47
2.3 Local e Sujeitos da Pesquisa	50
2.4 Análise de Dados	50
<b>CAPÍTULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>51</b>
3.1 A vida na universidade e na escola do Estágio: vínculos refletivos	51
3.2 Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	53
3.3 A pesquisa monográfica: o trabalho pedagógico com crianças imigrantes e refugiadas	56
3.3.1 caracterização da escola investigada	56
3.3.2 Interação com as professoras, a pedagoga e a gestora	57
3.3.3 A sala de aula: observação participante	70
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>77</b>

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso trata sobre o Estágio no curso de Pedagogia. Tendo como problemática: como tem sido o processo de inclusão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das crianças imigrantes e refugiadas?

O interesse pelo tema ocorreu durante as atividades de Estágio, quando nos deparamos com situações preocupantes no interior de uma escola pública municipal, no que se refere à inclusão e abordagem educacional voltada às crianças migrantes na escola do Estágio e seus desafios enfrentados.

Diante desse contexto, elaboramos as seguintes questões norteadoras: O que abordam os fundamentos legais sobre crianças e adolescentes serem sujeitos de direitos? Quais são os projetos/ações voltados para inclusão de imigrantes e refugiados na escola pública? Quais reflexões emergem da experiência do Estágio no que se refere ao trabalho pedagógico nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com crianças imigrantes e refugiadas?

A partir dessas inquietações, traçamos o objetivo geral da pesquisa, que foi analisar a inclusão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das crianças imigrantes e refugiadas.

Para contribuir com o alcance do objetivo geral, estabelecemos três objetivos específicos: Identificar os fundamentos legais sobre crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; Conhecer projetos e ações para a inclusão de imigrantes e refugiados na escola pública; Refletir sobre o trabalho pedagógico com crianças imigrantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Consideramos essa pesquisa relevante porque ao abordar esse tema, analisamos alguns dos problemas enfrentados pelas crianças imigrantes e suas famílias no contexto educacional, práticas pedagógicas para inclusão em ambiente escolares além de servir como fonte de conhecimento para outros estudos sobre a inclusão de crianças imigrantes.

O *locus* da pesquisa foi uma escola municipal de Ensino Fundamental, localizada na zona oeste de Manaus. Os procedimentos metodológicos envolveram a pesquisa bibliográfica e documental, bem como a coleta de dados de campo por meio de entrevista, da observação participante e dos registros no caderno de campo do Estágio.

A elaboração da fundamentação teórica teve como base autores importantes da área, destacando-se: Andressa Pellanda e Marcele Frossard (2022); Leonardo Cavalcanti, Tadeu De Oliveira, Bianca G. Silva (2021); Jefferson Evaristo e Antônio José Da Silva (2021); Bruno Tadeu (2021). A pesquisa documental concentrou-se nas seguintes fontes: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Convenção Das Nações Unidas Sobre Os Direitos Da Criança (1989); Declaração de Jomtien (1990); Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/96; Resolução Nº 7, de 14 de Dezembro de 2010; Base Nacional Comum Curricular (2018); Referencial Curricular Amazonense (2019); Currículo Escolar Municipal (2020); Lei dos Refugiados (1997); Lei de Migração (2017) e o Manual do EDUMIGRA (AMAZONAS/UNICEF, 2021). Os sujeitos da pesquisa foram os alunos de duas turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, duas professoras, a pedagoga e a gestora.

Em termos de estrutura, esta monografia está dividida em: introdução, três capítulos e considerações finais. A introdução expõe a problemática estudada, a justificativa, os objetivos, as questões norteadoras e informações sobre os procedimentos metodológicos.

O primeiro capítulo apresenta as crianças como sujeitos de direitos, as questões referentes a imigrantes e refugiados no Brasil e projetos e ações de inclusão de imigrantes e refugiados na escola pública; o segundo capítulo trata sobre os procedimentos metodológicos e o terceiro capítulo intitulado “análise e discussão dos resultados” expõe os dados da escola investigada: caracterização, interação com a professora, trabalho pedagógico (pedagoga e gestora), a sala de aula: observação participante. Por fim serão descritas as considerações finais.

## CAPÍTULO I - CRIANÇAS E ADOLESCENTES: GARANTINDO DIREITOS E PROMOVENDO CIDADANIA

### 1.1 Crianças e Adolescentes como Sujeitos de Direitos

Crianças e adolescentes são considerados sujeitos de direitos, o que significa que eles têm garantia a certos direitos humanos básicos protegidos por lei. Esses direitos incluem o direito à vida, proteção contra a violência, acesso à educação e proteção contra a discriminação, entre outros. Existem diversos marcos legais internacionais e nacionais que protegem os direitos da criança e do adolescente.

#### a) Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH é um documento histórico adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Estabelece direitos e liberdades fundamentais a serem observados por todas as pessoas, independentemente de nacionalidade, raça, religião ou sexo, estes tem o direito de ter direitos. O preâmbulo afirma que o reconhecimento da dignidade inerente e da igualdade de direitos é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Artigo 2º 1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. 2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948)

A Declaração é uma afirmação fundamental dos princípios de direitos humanos de igualdade, justiça e não discriminação. Essa declaração enfatiza a igualdade de todos os seres humanos em dignidade e direitos. Ninguém deve ser discriminado ou negado direitos fundamentais com base em características pessoais ou condições políticas e territoriais. “Artigo 3º Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” (Declaração Universal Dos Direitos Humanos, 1948). É um princípio fundamental para a promoção da justiça, da paz e da harmonia entre os povos e as nações.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH diz que os seres humanos têm o direito de ser, e cobre direitos como liberdade de pensamento, consciência, religião, expressão, reunião pacífica e associação; o direito ao trabalho, segurança social; o direito à educação gratuito e obrigatório; o direito de participar da vida cultural da comunidade; e o direito a um padrão de vida adequado à saúde e ao bem-estar, incluindo alimentação, vestuário, moradia e assistência médica.

A abordagem desses direitos está no “Artigo 6º : Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.” (Declaração Universal Dos Direitos Humanos, 1948). Ou seja, todas as pessoas têm o direito de serem reconhecidas como seres humanos perante a lei, independentemente de onde se encontrem.

b) Constituição da República Federativa do Brasil (1988):

A Constituição da República Federativa do Brasil desempenhou um papel vital na formação do arcabouço legal do país e na promoção da democracia e dos direitos humanos. É um documento abrangente que reflete os valores e as aspirações do povo brasileiro e fornece uma estrutura para governança, justiça e progresso social.

A Constituição reconhece e protege os direitos sociais, garante uma ampla gama de direitos fundamentais e liberdades individuais, incluindo o direito à vida, liberdade, igualdade, privacidade, liberdade de expressão, religião e associação.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

De acordo com este Artigo 3º , significa que a sociedade brasileira deve buscar uma estrutura em que os cidadãos possam desfrutar de liberdade, justiça e solidariedade, garantindo igualdade de oportunidades e tratamento justo para todos os indivíduos. Afirma que é um compromisso nacional o combate à pobreza e à marginalização, estabelecendo a busca do crescimento e progresso nacional e enfatiza a importância de uma sociedade que promova o bem-estar de todos os cidadãos e seja livre, sem discriminação de qualquer natureza, como complementa o Artigo a seguir:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988).

Segundo o Artigo 5º, no Brasil, todos, sejam brasileiros ou estrangeiros residentes no país, são tratados igualmente perante a lei, sem qualquer forma de discriminação. Isso assegura que os direitos fundamentais à vida de todos sejam respeitados, promovendo uma sociedade justa e inclusiva, onde todos os indivíduos, independentemente de sua origem, possuam direito às mesmas proteções e oportunidades legais.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Conforme o Artigo 6º, no Brasil os direitos sociais abrangem uma gama de serviços básicos e proteções para os cidadãos. Esses direitos sociais visam criar um ambiente mais justo e solidário, promovendo uma melhor qualidade de vida e oportunidades para todas as pessoas, além de promover o bem-estar social de todos os membros da sociedade.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Ao tratar de educação, o artigo 205 diz que a educação é um direito fundamental de todos e é uma responsabilidade compartilhada, do Estado e da família, conta com o apoio da sociedade que busca capacitar o indivíduo, promover o progresso social e contribuir para o sucesso e o desenvolvimento integral de cada pessoa.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. [...] IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1988)

Esses princípios norteadores da educação brasileira refletem o desejo de oferecer educação inclusiva, democrática e de qualidade a todos os cidadãos. É assegurado que todas as pessoas, independentemente da origem, tenham oportunidades iguais de receber educação, oportunidades efetivas de aprendizagem, condições adequadas para permanecer na escola a fim de que nenhum aluno seja excluído da escola por motivos econômicos, a educação é um direito contínuo e vitalício que não se limita à infância e à juventude, mas também promove oportunidades educacionais em todas as fases da vida.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

É uma responsabilidade e compromisso coletivo assegurar os direitos fundamentais da criança, adolescente e jovem e tornar uma prioridade. Além disso, devem ser protegidos de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Este compromisso visa proporcionar um ambiente seguro e saudável para o desenvolvimento integral e saudável deles.

c) A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (UNCRC):

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança - UNCRC é o principal instrumento internacional que delinea os direitos de crianças e adolescentes. Foi adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 e foi ratificado por quase todos os países do mundo, incluindo o Brasil em 1990. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança - UNCRC descreve os

direitos fundamentais das crianças e estabelece as responsabilidades dos governos e indivíduos para garantir que esses direitos sejam protegidos e promovidos.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança - UNCRC define: "Artigo 1º Para os efeitos da presente Convenção, entende-se por criança todo ser humano menor de 18 anos de idade, salvo se, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes." (Convenção Das Nações Unidas Sobre Os Direitos Da Criança, 1989). Ao fornecer uma definição do termo "criança", a Convenção ajuda a garantir que as crianças sejam tratadas com respeito, dignidade e cuidados adequados em todo o mundo.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança - UNCRC também reconhece que crianças e adolescentes têm necessidades especiais de proteção e exige que os governos tomem medidas para garantir sua proteção, bem-estar e melhores interesses. Além disso, a Convenção reconhece que os pais ou tutores têm a responsabilidade primária pela educação e desenvolvimento de seus filhos e que o Estado deve fornecer apoio e assistência aos pais e famílias. Conforme diz o Artigo 18:

Art. 18 2. Para o propósito de garantir e promover os direitos estabelecidos nesta Convenção, os Estados-partes prestarão assistência apropriada aos pais e aos representantes legais no exercício das suas funções de educar a criança e assegurarão o desenvolvimento de instituições e serviços para o cuidado das crianças. (CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, 1989)

O Artigo 18 destaca a importância de assegurar os direitos da criança, prestando assistência adequada aos pais e representantes legais no cumprimento de suas obrigações relativas à educação e cuidado das crianças. O objetivo é garantir um futuro melhor e mais igualitário para todas as crianças, independentemente de sua origem. As crianças imigrantes e refugiadas têm necessidades especiais de proteção devido à sua vulnerabilidade e dependência dos adultos. A Convenção reconhece que as crianças requerem cuidados e assistência para garantir seu desenvolvimento físico, emocional e social.

d) Declaração de Jomtien sobre Educação para Todos:

É um documento que surgiu da Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990. A conferência foi organizada pela

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e reuniu representantes de mais de 150 países, juntamente com organizações internacionais e ONGs, para discutir os desafios e oportunidades para alcançar a educação universal, como afirma o artigo:

Artigo 3º 4. Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos - os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação - não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais. (DECLARAÇÃO DE JOMTIEN, 1990).

O Artigo 3º diz que é necessário que haja um compromisso efetivo para superar as dificuldades educacionais de um determinado grupo que está vulnerável e marginalizado para que não enfrente discriminação no acesso à educação. A educação é fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo, e todas as pessoas devem ter igual acesso à educação, independentemente de sua origem, raça ou condição social.

As crianças e adolescentes imigrantes enfrentam desafios específicos como falta de recursos financeiros, dificuldades de acesso à escola, barreiras linguísticas, discriminação étnica ou racial, e outros obstáculos sociais. Então para que esse compromisso funcione, como diz o artigo, devem ser implementadas políticas de educação inclusiva ajustadas às necessidades de cada grupo, além de apoios e recursos adequados.

Art. 45 f. Programas de educação para refugiados. Os programas a cargo de organizações como o Alto Comitê das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Agências das Nações Unidas de Obras e Socorro aos Refugiados Palestinos no Oriente Próximo (UNRWA), exigem um apoio financeiro a longo prazo, mais substancial e seguro, para o cumprimento dessa reconhecida responsabilidade internacional. Nos casos em que os países que acolhem refugiados necessitem de assistência técnica e financeira internacional para fazer face às necessidades básicas dos refugiados - as de aprendizagem, inclusive - a comunidade internacional poderá aliviar este fardo mediante o incremento da cooperação. (DECLARAÇÃO DE JOMTIEN, 1990)

De acordo com o Artigo 45, existe uma importância de atender às necessidades básicas de aprendizagem de indivíduos, incluindo refugiados e

pessoas que vivem em territórios ocupados. Isso sugere que organizações internacionais podem fornecer apoio financeiro aos países que recebem refugiados para garantir que suas necessidades básicas, incluindo educação, sejam atendidas.

A Declaração de Jomtien foi um marco importante nos esforços globais para promover a educação como um direito humano fundamental e lançou as bases para iniciativas internacionais subsequentes, como o movimento Educação para Todos

e) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA é o conjunto de normas do ordenamento jurídico que tem como objetivo a proteção dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Estabelece seus direitos e deveres, e as responsabilidades das famílias, comunidades e governos em garantir seu bem-estar. A Lei abrange uma ampla gama de assuntos, incluindo saúde, educação, cultura e serviços sociais.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990)

O artigo deixa claro que todas as crianças e adolescentes dispõem de direitos fundamentais sem prejuízo, enfatiza a importância da proteção integrada desses indivíduos, ou seja, sua segurança, bem-estar e pleno desenvolvimento em todos os aspectos de suas vidas, a lei não faz distinção de nacionalidade ou origem, portanto, isso inclui crianças e adolescentes imigrantes e refugiadas, basta que estejam residindo em território nacional.

A lei traz diretrizes e regras abrangentes para a proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes menores de 18 anos. O estatuto reconhece que crianças e adolescentes têm direitos fundamentais, como educação, saúde, lazer, cultura, dignidade, e respeito. É um instrumento que promove a proteção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, conforme o Artigo 3º:

Art. 3º Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição

econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (BRASIL, 1990)

De acordo com o parágrafo único do Artigo 3º, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA não menciona especificamente a criança imigrante, migrante ou refugiada. No entanto, a lei se aplica a todas as crianças e adolescentes no Brasil, independentemente de sua nacionalidade ou situação migratória. A lei visa proteger os direitos de todas as crianças e adolescentes no país, incluindo aqueles que possam estar em situação de vulnerabilidade devido à migração ou deslocamento.

f) Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/96:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB foi instituída pela Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 e vem sendo alterada e atualizada ao longo dos anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB define os princípios e as normas que regem a educação do país desde a educação básica até o ensino superior.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 1996)

O Artigo 1º afirma que a educação vai além do ambiente escolar e atinge diversos processos formativos que ocorrem em diferentes esferas da vida social, porém, a educação se desenvolve principalmente por meio de ensino e em instituições destinadas a isso mas que deve ser vinculada ao trabalho e prática social tornando a educação mais significativa e pertinente aproximando da realidade dos alunos.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

A educação é um direito fundamental e deve ser uma preocupação tanto da família quanto do Estado. Por meio da educação, que deve ser orientada pelos princípios de liberdade e solidariedade humana, a sociedade tem a chance de formar cidadãos conscientes, responsáveis e capazes de lidar com os desafios atuais e futuros, além de estar alinhada ao mundo do trabalho.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013); b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013); c) ensino médio. (BRASIL, 1996)

De acordo com o Artigo 4º, é dever do Estado assegurar o acesso gratuito em cada etapa da educação, dividida em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. É importante ressaltar que essas legislações são de extrema importância para a concepção, organização e desenvolvimento do sistema educacional brasileiro e orientam políticas públicas e práticas educacionais em todo o país.

g) Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental é um documento complementar que orienta o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino. Essas Diretrizes integram o texto da Resolução Nº 7, de 14 de Dezembro de 2010 que destaca, entre outros aspectos:

Art. 7º De acordo com esses princípios, e em conformidade com o art. 22 e o art. 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB), as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 2010)

O Artigo 7º diz que as propostas visam o desenvolvimento do aluno, garantindo a formação necessária para o exercício da cidadania comum e proporcionando-lhe recursos para o trabalho, proporcionar ainda, uma educação de qualidade que desenvolva plenamente as potencialidades dos alunos, que os prepare para viver de forma crítica, responsável e solidária em sociedade.

Art. 9º O currículo do Ensino Fundamental é entendido, nesta Resolução, como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes. (BRASIL, 2010)

Entende-se pelo Artigo 9º que o currículo do Ensino Fundamental é uma construção coletiva que valoriza as experiências dos alunos e procura articular seus saberes com saberes historicamente acumulados. Esta abordagem promove uma educação mais significativa e inclusiva que sustenta o desenvolvimento dos alunos como indivíduos críticos, reflexivos e inclusivos na sociedade.

Art. 5º § 4º A educação escolar, comprometida com a igualdade do acesso de todos ao conhecimento e especialmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, será uma educação com qualidade social e contribuirá para dirimir as desigualdades historicamente produzidas, assegurando, assim, o ingresso, a permanência e o sucesso na escola, com a conseqüente redução da evasão, da retenção e das distorções de idade/ano/série (Parecer CNE/CEB no 7/2010 e Resolução CNE/CEB no 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica). (BRASIL, 2010)

De acordo com o Artigo 5º, ao promover a educação social e o acesso igualitário à informação, as escolas oferecem às pessoas maiores oportunidades de crescimento pessoal e profissional, reduzem a desigualdade e contribuem para uma sociedade mais justa e inclusiva. Essa abordagem também pode colaborar para o desenvolvimento das nações, pois uma educação mais equitativa e de melhor qualidade é fundamental para o progresso social e econômico.

h) Base Nacional Comum Curricular - BNCC

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC é um documento normativo que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, p. 7, 2018)

A implantação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC contempla o sistema de ensino, a rede de escolas e escolas para adequar o currículo às realidades locais e às necessidades dos alunos. A Base Nacional Comum Curricular - BNCC também contribui para o desenvolvimento de materiais didáticos, avaliações educacionais e políticas educacionais em todo o país.

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. (BRASIL, p. 15, 2018)

O sistema educacional brasileiro precisa ser sensível às particularidades de sua população e garantir a igualdade de oportunidades para todos os alunos. Uma série de fatores deve ser considerada no desenvolvimento do currículo e das recomendações instrucionais para atender às necessidades e realidades dos alunos.

O Ensino Fundamental, com nove anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 e 14 anos. Há, portanto, crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros. (BRASIL, p. 57, 2018)

A educação durante o Ensino Fundamental deve levar em conta todas essas mudanças e fornecer um ambiente de aprendizado que seja sensível às necessidades de cada aluno. Professores e educadores têm papel fundamental nesse processo, criando um ambiente de apoio onde os alunos desenvolvem habilidades acadêmicas, sociais e emocionais de forma saudável e equilibrada.

As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas. (BRASIL, p. 58, 2018)

As crianças estão imersas no ambiente social mais amplo, incluindo amigos, colegas e a comunidade local. A diversidade de culturas e experiências sociais que encontram faz com que questionem as diferenças e semelhanças entre as pessoas e busquem entender as tradições e costumes de diferentes grupos. Valorizar as experiências pessoais e oferecer oportunidades para compartilhar e discutir ideias também são fundamentais para despertar a curiosidade dos alunos.

i) Referencial Curricular Amazonense – Ensino Fundamental Anos Iniciais

O Referencial Curricular Amazonense (RCA) – Ensino Fundamental Anos Iniciais, é um documento que se alinha à Base Nacional Comum Curricular - BNCC para atender as redes de ensino presente no Estado respeitando a sua diversidade cultural, elaborado por uma equipe de professores da Educação Básica do Estado do Amazonas e dos municípios, como reitera:

A construção deste Referencial contou no processo com o apoio da sociedade amazonense, principalmente, dos profissionais da educação em mobilização para a elaboração do documento. Ocorreu a parceria de profissionais da educação de todos os níveis e etapas de ensino na formulação de pontos específicos do documento, a contribuição de instituições públicas e privadas que colaboraram com a cessão de profissionais que se tornaram leitores críticos, privilegiando aspectos relevantes para enriquecimento do RCA. (AMAZONAS, 2019, p.16)

O RCA para o Ensino Fundamental Anos Iniciais foi construído por uma equipe multidisciplinar de professores da Educação Básica das redes municipais e estaduais, de escolas públicas e privadas, que leva em consideração temas importantes para a aprendizagem dos estudantes amazonense, não esquecendo que a escola é um espaço que assegura a educação de todos.

As crianças que são atendidas em uma instituição de Educação Infantil são as mesmas que irão frequentar o Ensino Fundamental, mas nem sempre a

trajetória educacional da criança é vista na perspectiva da continuidade. O projeto educacional deve reconhecer as especificidades de cada etapa e, ao mesmo tempo, levar em conta as semelhanças entre as três etapas constitutivas da Educação Básica. (AMAZONAS, 2019, p. 22)

É fundamental a continuidade da trajetória educacional das crianças desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental. Reconhecer as características e conexões entre as diferentes etapas da educação básica é essencial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para as crianças. O prosseguimento da educação não só facilita a aprendizagem contínua, mas também contribui para o desenvolvimento integral das crianças.

Para o Referencial Curricular Amazonense pensar na temática educação inclusiva “somos chamados a refletirmos sobre os desafios existentes de um lugar com diversidade em todos os sentidos.” (AMAZONAS, 2019, p. 45). A educação inclusiva não apenas garante que todos os alunos estejam na sala de aula, mas também oferece experiências de aprendizado significativas e enriquecedoras para todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

As instituições escolares têm o importante papel de transformação da humanidade. A educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade, abrindo caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização de todos os grupos que compõem a identidade étnica brasileira. (AMAZONAS, 2019, p. 176)

O que quer dizer que o acesso à educação de qualidade é um direito fundamental de todas as pessoas, independentemente de sua origem, etnia, classe social, as instituições de ensino são fundamentais para transformar a sociedade por meio de uma educação que promova a cidadania, o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural e étnica.

#### j) Currículo Escolar Municipal:

O Currículo Escolar Municipal é um documento que abrange da Educação Infantil aos Anos Finais do Ensino Fundamental. A Secretaria Municipal de Educação - SEMED (2020) afirma “elaborado de forma sistêmica e colaborativa por uma comissão composta por mais de 120 profissionais da educação, representantes

de professores, pedagogos, gestores, assessores, formadores e técnicos.” Trazendo uma qualificação maior para o documento e sendo referência para o Projeto Pedagógico das escolas.

No campo de discussão das políticas públicas, o direito a educação deve ser garantido a todas as crianças e adolescentes, observando assim as suas várias expressões identitárias e o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, por meio de uma formação integral com uma base científica e humana que contribua para a superação das desvantagens e desigualdades decorrentes das condições socioeconômicas e culturais adversas. (SEMED, 2020, p. 36)

Isso quer dizer que na esfera das políticas públicas, é importante garantir que todas as crianças e adolescentes tenham direito à educação levando em consideração suas diferentes identidades independentes de onde vieram, através de uma formação integral a fim de que supere as desigualdades decorrentes de situações adversas.

Pensar nas especificidades da criança desse ou de outro país, com seus diferentes jeitos de ser e fazer, suas diferentes línguas e linguagens, é pensar em seu desenvolvimento integral contribuindo com seu universo amplo e complexo, ampliando seu padrão de referência. (SEMED, 2020, p. 159)

Significa que cada criança tem suas particularidades, tanto as que são do mesmo país quanto as de outros países, deve ser considerada e levada em conta suas diversas formas de ser, agir e se comunicar, sendo possível promover o desenvolvimento integral destas crianças, valorizando as suas culturas e identidades individuais e enriquecendo o seu vasto e complexo universo.

Visando aumentar o repertório de brincadeiras das crianças, se propiciará o compartilhamento de experiências e vivências típicas com a comunidade e país, oportunizando diferentes aprendizagens, respeitando o cotidiano e costumes dos grupos culturais existentes na instituição e comunidade (SEMED, 2020, p.160).

Quer dizer que ao compartilhar brincadeiras culturais e tradicionais, as crianças pertencentes a um determinado grupo cultural sentem-se valorizadas e inseridas no ambiente escolar, fortalecendo sua identidade e vínculo com a comunidade, através das brincadeiras aprendem sobre a cultura e costumes de

outros grupos étnicos, enriquece o processo educativo, promove a inclusão, a valorização das diferentes culturas.

## 1.2 Questões relacionadas aos imigrantes e refugiadas no Brasil

### a) Lei dos Refugiados (1997):

A Lei dos Refugiados é crucial para proteger os direitos humanos das pessoas que fogem da violência e da perseguição. Garante aos refugiados condições dignas de vida, direitos civis, livre circulação, educação, saúde e trabalho de acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É reconhecido como refugiado:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997)

Toda e qualquer pessoa que esteja nessas circunstâncias é reconhecida como refugiado, e para complementar o Artigo 2º diz “Art. 2º Os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional.” (BRASIL, 1997). Portanto, essa lei é extremamente importante para proteger a vida e os direitos dessas pessoas e suas famílias que necessitam de asilo, promovendo a solidariedade e a paz internacional, ao mesmo tempo em que oferece condições para que os refugiados se reintegrem e influenciem positivamente as comunidades de acolhimento.

Mesmo com leis que garantam ao refugiados direitos, uma pessoa pode ou não se beneficiar da condição de refugiado em um país quando:

Art. 3º Não se beneficiarão da condição de refugiado os indivíduos que: I - já desfrutem de proteção ou assistência por parte de organismo ou instituição das Nações Unidas que não o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR; II - sejam residentes no território nacional e tenham direitos e obrigações relacionados com a condição de nacional brasileiro; III - tenham cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas; IV - sejam considerados culpados de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas. (BRASIL, 1997)

O Artigo 3º estabelece limites e critérios para determinar quem pode ser reconhecido como refugiado em um país, levando em consideração fatores como proteção já recebida por outras organizações da Organização das Nações Unidas - ONU, nacionalidade, antecedentes criminais e adesão aos princípios das organizações. Isso reflete a complexidade do problema do refúgio, que exige equilibrar a proteção dos necessitados com considerações de segurança e legalidade.

No Brasil, o reconhecimento da condição de refugiado de acordo com critérios e definições previamente estabelecidos requer a aplicação do disposto na lei:

Art. 4º O reconhecimento da condição de refugiado, nos termos das definições anteriores, sujeitará seu beneficiário ao preceituado nesta Lei, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais de que o Governobrasileiro seja parte, ratifique ou venha a aderir. (BRASIL, 1997)

Essencialmente, este Artigo 4º enfatiza que o reconhecimento da condição de refugiado implica um conjunto de direitos e obrigações estipulados na legislação do Brasil, mas também confirma a necessidade de respeitar os princípios e direitos definidos nos acordos internacionais do país.

Fica estabelecido a criação do Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, um órgão que toma decisões de forma coletiva, dentro do Ministério da Justiça.

Art. 11. Fica criado o Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça. (BRASIL, 1997)

Fica instituído de acordo com o Artigo 11 que o Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE é responsável pelo processamento de questões relacionadas com refugiados, incluindo a avaliação dos pedidos de refúgio e a formulação de políticas nesta área. Fazer parte da área administrativa do Ministério da Justiça mostra que a tramitação dos casos de refúgio é considerada parte importante do sistema jurídico e administrativo do país.

b) Lei de Migração (2017):

A Lei de Migração é a legislação que regula a entrada, permanência, saída e tratamento de imigrantes. Descreve os direitos, responsabilidades e garantias dos imigrantes e outros assuntos relacionados à imigração.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. § 1º Para os fins desta Lei, considera-se: I - (VETADO); II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil; III - emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior [...] (BRASIL, 2017)

Este Artigo 1º define o escopo da Lei de Migração e fornece orientação sobre os direitos, responsabilidades, entrada e permanência de imigrantes e visitantes e políticas gerais de imigração. Essas definições destacam as categorias de imigrantes e migrantes, que incluem estrangeiros residentes no Brasil e brasileiros residentes no exterior. Isso reflete um foco legal na regulamentação das relações migratórias e na proteção dos direitos de vários grupos.

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; [...] XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; [...] X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; [...] (BRASIL, 2017)

Esses princípios e diretrizes do Artigo 3º refletem uma abordagem humanitária e justa da migração, que visa garantir a dignidade, os direitos e o

tratamento justo dos migrantes no território brasileiro, demonstra ainda o compromisso de promover um ambiente inclusivo e acolhedor para os migrantes e combater todas as formas de discriminação, xenofobia e racismo.

A Lei de Migração é uma ferramenta importante para lidar com os desafios e oportunidades da imigração. Quando bem concebida e implementada, contribui para o desenvolvimento de sociedades mais inclusivas, justas e acolhedoras e protege os direitos e a segurança de todos os intervenientes neste processo imigratório, como afirma o artigo:

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: I - direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; II - direito à liberdade de circulação em território nacional; III - direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes [...] (BRASIL, 2017)

Segundo esse o Artigo 4º, o migrante têm os mesmos direitos e deveres dos cidadãos brasileiros, garante também o acesso à saúde, educação, trabalho, assistência social e justiça, tem o objetivo de uma abordagem mais humana, inclusiva e respeitosa dos direitos humanos para os migrantes que se estende aos seus dependentes.

Em questão das Políticas Públicas para os Emigrantes:

Art. 77. As políticas públicas para os emigrantes observarão os seguintes princípios e diretrizes: I - proteção e prestação de assistência consular por meio das representações do Brasil no exterior; II - promoção de condições de vida digna, por meio, entre outros, da facilitação do registro consular e da prestação de serviços consulares relativos às áreas de educação, saúde, trabalho, previdência social e cultura; [...] (BRASIL, 2017)

Os princípios e diretrizes que constam no Artigo 77 descrevem a política pública do Brasil em relação aos emigrantes e enfatizam o compromisso em atender às suas necessidades, prestando assistência consular, promovendo a dignidade humana e garantindo que eles tenham acesso a serviços básicos, proteção e bem-estar dos cidadãos brasileiros residentes no exterior.

c) EDUMIGRA:

O EDUMIGRA é a Formação de Professores(as) para a Garantia do Direito à Educação de Crianças e Adolescentes Refugiados e Migrantes. É dividido por módulo e cada módulo tem uma proposta, o objetivo é promover a reflexão nas escolas brasileiras sobre os movimentos migratórios e a aceitação dos imigrantes. Portanto, “[...] a proposta é discutir conceitos que permeiam o movimento de pessoas pelo mundo, conhecer alguns marcos normativos e a realidade das migrações internacionais no contexto brasileiro, principalmente na região amazônica.” (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 10), os migrantes devem ter seus direitos garantidos no Brasil e a migração deve ser entendida como um direito humano.

Observando o conceito de imigração, que inclui a entrada de uma pessoa nacional de um país em outro país de destino, ultrapassando, da mesma forma, fronteiras internacionais, podemos indicar que Ricardo e Julian são imigrantes no Brasil, assim como Janice é uma imigrante no Japão. Ou seja, os três vieram de outros países. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 14)

O termo "imigrante" refere-se a pessoas que se deslocam de um país para outro, atravessando fronteiras internacionais, com o propósito de residir e estabelecer-se em seu país de destino.

A experiência de migração é altamente individual e influenciada por muitos fatores, como por exemplo:

Não existe um padrão, cada pessoa reage de um jeito ao migrar: muitas partem com a resolução de voltar, outras rapidamente cortam relações com amigos e familiares que ficaram para trás, muitas limitam a comunicação ao envio de dinheiro, outras se valem das diferentes plataformas hoje existentes para manter um contato frequente com o país de origem e há, ainda, aquelas que não resistem à saudade, mudam os rumos do projeto migratório e retornam. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 18)

Entende-se que a jornada do migrante é pessoal e complexa com desafios e experiências únicas para cada indivíduo. É importante respeitar as escolhas de cada um e entender que não existe um caminho certo ou errado para a migração, apenas maneiras diferentes de lidar com essa grande mudança em sua vida.

Direitos sociais, como saúde e educação, são estendidos a todos os imigrantes, independentemente da sua situação migratória, porque tem

caráter universal. Eles são garantidos na Constituição Federal, em tratados internacionais ratificados pelo Brasil e em outros documentos mais específicos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 23)

Pode-se dizer que no Brasil, todos os imigrantes, independentemente de seu status de imigração, têm direito a direitos sociais básicos, como saúde e educação, e está previsto na Constituição Federal. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA também é aplicável a todas as crianças e adolescentes presentes no território brasileiro, independentemente de sua nacionalidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB é outra legislação importante que assegura o direito à educação para todos, incluindo os imigrantes.

No Brasil, diferentes órgãos têm responsabilidades de administrar o campo migratório, entre eles o Ministério das Relações Exteriores e suas repartições no Brasil e no exterior, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Secretaria Nacional de Justiça, o Departamento de Migrações (DEMIG), a Polícia Federal, a Coordenação-Geral de Imigração Laboral, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 23)

Para administrar o campo da migração no Brasil, existem diferentes órgãos que assumem essa responsabilidade, que visa lidar com as questões migratórias, garantindo a proteção dos direitos dos migrantes, a segurança nas fronteiras e a gestão adequada dos fluxos migratórios, incluindo aqueles relacionados a refugiados e imigrantes em busca de trabalho.

Os governos geralmente emitem resoluções normativas e regulamentos para regular vários aspectos da imigração e da permanência de estrangeiros.

Em relação à legislação, além da Lei de Migração e da Lei de Refúgio brasileiras, são publicadas frequentemente resoluções normativas e portarias, que dispõem sobre diferentes aspectos da vida das pessoas que decidem ingressar e permanecer no Brasil. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 23)

Essas resoluções e regulamentos podem abranger muitos tópicos, como procedimentos de visto, autorizações de trabalho, documentos, assistência médica, educação etc. Eles desempenham um papel importante na definição das regras

práticas que regem a vida dos migrantes no país e fornecem orientações detalhadas sobre a aplicação das leis de migração e refugiados.

Muitos foram forçados a deixar suas casas, famílias e tudo o que conheceram como resultado de conflitos armados, perseguições e violações massivas dos direitos humanos em seus países de origem.

Há pessoas que deixam tudo para trás pela sobrevivência, fugindo de guerras, de diversos tipos de perseguições e da violação generalizada de direitos humanos. Elas podem buscar acolhida e proteção em um novo país, solicitando o reconhecimento da sua condição de refugiadas. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 41)

A migração forçada devido a conflitos e violações de direitos humanos ressalta a importância do sistema de refugiados e o reconhecimento internacional das necessidades de proteção dessas pessoas. O Brasil tem sido sensível à complexidade das circunstâncias que levam à migração forçada e reconhece que proteger os refugiados vai além da perseguição tradicional.

No Brasil é adotada uma definição ampliada de refúgio que inclui também toda pessoa que, devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigada a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outros países. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 47)

A definição de refúgio inclui aqueles deslocados por violações graves e generalizadas dos direitos humanos que reconhecem a urgência de proteger pessoas em risco extremo, independentemente das circunstâncias específicas que as levaram a buscar refúgio, o papel do país é proporcionar segurança e abrigo a essas pessoas.

O direito de asilo e proteção é reconhecido internacionalmente como um princípio fundamental dos direitos humanos. Essa proteção é uma resposta humanitária a situações em que as pessoas correm o risco de sofrer consequências graves por causa de suas identidades, crenças ou atividades.

As pessoas se deslocam para outro país em busca de proteção pelo medo fundamentado de perseguição em razão da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 48)

A migração forçada de pessoas para outros países em busca de asilo é baseada no medo genuíno e legítimo de perseguição. Essa perseguição pode ser baseada em vários fatores, incluindo raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social e opinião política.

Entender a diferença entre migrante e refugiado é importante para garantir que os indivíduos recebam a assistência e a proteção adequada, de acordo com suas circunstâncias específicas.

Diferente daquelas pessoas que não podem retornar ao seu país e por isso solicitam refúgio, as pessoas migrantes não sofrem ameaças diretas de perseguição ou morte. Estas [...] saem de seus países por diversos motivos em busca de uma vida melhor. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 50)

Há uma distinção importante entre os motivos que levam as pessoas a buscar refúgio e aquelas que as levam a migrar. Migrantes e refugiados podem enfrentar desafios diferentes mas não deixam de ter necessidades específicas devido às suas circunstâncias.

O instituto do refúgio compreende a responsabilidade dos Estados de destino no que diz respeito à proteção contra a devolução dessas pessoas ao país em que sofrem perigo, o acesso a procedimentos de solicitação de refúgio justos e eficientes e a medidas que garantam segurança e direitos fundamentais a essa população e que as apoie no encontro de uma solução a longo prazo. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 50)

Os principais componentes e responsabilidades inerentes ao instituto do refúgio são: proteção contra a devolução, solicitação de refúgio, segurança e direitos fundamentais. Estes devem ter uma solução a longo prazo e imediata.

[...] compreendemos quem são as pessoas em situação de refúgio – pessoas que saem de seus países e cruzam fronteiras internacionais em busca de proteção e que não podem para lá retornar por sofrer perigo de vida. Nessas situações, o deslocamento é uma medida extrema. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 59)

Compreender esses fatores é fundamental para garantir proteção adequada e assistência humanitária para pessoas em situação de refúgio. Reconhecer o

deslocamento como uma medida extrema ajuda a aumentar a conscientização sobre a difícil situação que os refugiados enfrentam e enfatiza a importância internacional em fornecer proteção e apoio a esses grupos vulneráveis.

A acolhida pode ter diversos sentidos, a depender da situação e do contexto sociocultural. No campo da rede de apoio à população migrante, o ato de acolher é comumente usado para expressar a relação estabelecida entre o usuário e o profissional. Esta, no entanto, não se limita à simples prestação de serviço, mas compreende também a constituição de uma relação humanizada. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 72)

A acolhida pode ser entendida de forma diferente, dependendo do contexto. É o que acontece em contextos de migrantes e refugiados, ou seja, quando recebem e prestam assistência a pessoas que chegam de outros lugares, inclui criar um ambiente de empatia, respeito e compreensão para as pessoas que estão passando por mudanças significativas, o ato de acolher transcende a mera prestação de serviços

Cabe enfatizar que há uma diferença entre acolher e prestar acolhimento. Acolher é promover o atendimento de forma humanizada. Já prestar acolhimento é oferecer refúgio, abrigo, amparo, proteção ou conforto físico. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 73)

Existe uma distinção importante entre os termos "acolher" e "prestar acolhimento". Ambos os termos são importantes e se complementam em diferentes situações. Acolher refugiados ou migrantes não é apenas fornecer proteção física, mas também respeitar, compreender e considerar suas necessidades emocionais e sociais. Prestar acolhimento por sua vez é fornecer assistência em situações de emergência em que proteção e segurança imediatas são primordiais.

O termo integração significa um processo bidirecional de adaptação mútua entre os migrantes e as sociedades em que vivem, por meio do qual estes são incorporados à vida social, econômica, cultural e política da comunidade receptora. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 74)

A integração é um processo dinâmico e contínuo que vai além da mera adaptação física. Isso inclui construir conexões, trocar informações e promover uma sociedade mais inclusiva e enriquecida pela diversidade cultural e social trazida

pelos migrantes, ou seja, é a adaptação da sociedade de acolhimento às mudanças provocadas pelos mesmos.

O reassentamento é implementado pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) para quem não pode voltar a seu país de origem – por temor de perseguição ou situação de violência generalizada – e nem permanecer no país de refúgio onde se encontra devido a problemas de segurança, integração local ou falta de proteção legal e física. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 74)

O reassentamento desempenha um papel crucial na proteção e assistência aos refugiados que enfrentam condições extremamente difíceis em seu país de origem ou refúgio, além de não poderem regressar ao seu país de origem, também não podem permanecer no país de refúgio por motivos diversos, é feito a realocação dos refugiados para um terceiro país disposto a recebê-los, tem oportunidade de recomeçar suas vidas em um ambiente seguro e estável.

#### d) Crianças E Adolescentes Migrantes:

Crianças e Adolescentes Migrantes é uma agenda “INFÂNCIAS E ADOLESCÊNCIAS INVISIBILIZADAS”, organizada pelos coordenadores do movimento de educadores brasileiros denominada Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

É uma coletânea composta por nove Cadernos com seguintes eixos: em situação de rua; migrantes; residentes em territórios urbanos vulneráveis, zonas de conflito e violência; no sistema socioeducativo; em serviços de acolhimento e com responsáveis encarcerados; em áreas de reforma agrária; em territórios de agricultura familiar; comunidades quilombolas; e comunidades indígenas.

O conceito de “Infâncias Invisibilizadas” foi uma escolha política e histórica diante da agenda da criança e adolescente no país, pois a invisibilidade revela um projeto de país que não prioriza grupos e segmentos de diversas infâncias. (PELLANDA E FROSSARD, 2022, p. 12)

O termo "Infâncias Invisibilizadas" destaca um problema crucial que tem sido historicamente negligenciado em muitos contextos: a falta de prioridade e reconhecimento das necessidades, direitos e vozes de crianças e adolescentes com

determinados objetivos políticos e sociais, é importante não só reconhecer as necessidades únicas de todos os grupos de crianças, mas também agir proativamente para que todas as crianças e adolescentes sejam vistos, ouvidos e protegidos em uma sociedade justa e igualitária.

O levantamento de dados sobre crianças migrantes no Brasil revela a crescente relevância do tema. Em dados do censo escolar de 2019, as crianças migrantes representavam já cerca de 75 mil matrículas nas escolas brasileiras. (PELLANDA E FROSSARD, 2022, p. 18)

De acordo com Pellanda e Frossard (2022) houve um levantamento de dados no Brasil sobre as crianças migrantes e o aumento do número dessas crianças que frequentam as escolas brasileiras reflete a crescente importância da migração no país. Essa situação evidencia a importância de entender e atender às necessidades específicas destes, garantindo o acesso à educação e promovendo a inclusão social.

O aumento do número de crianças imigrantes no Brasil, evidenciado pelas matrículas escolares, é um resultado significativo das mudanças demográficas e da dinâmica migratória do país, enfatiza a importância de lidar com questões relacionadas à imigração de forma abrangente para que essas crianças recebam uma educação de qualidade e oportunidades em um novo ambiente.

A invisibilização das crianças migrantes não diz respeito apenas à sua presença nos movimentos migratórios, mas também ao papel que elas desempenham nesses processos. (PELLANDA E FROSSARD, 2022, p. 30)

Compreender a invisibilidade das crianças migrantes como um problema que inclui o seu papel ativo e complexo na migração é crucial para garantir que as suas necessidades, direitos e perspectivas sejam reconhecidas e devidamente abordadas. Isso não apenas promove sua integração e bem-estar, mas também enriquece as comunidades receptoras de forma significativa.

Os sistemas de proteção e serviços públicos que acabam por fazer o trabalho de assistência às crianças migrantes nas sociedades de acolhida, muitas vezes, não levam em consideração as suas necessidades específicas, tais como tradução, sistemas eficientes de tutela, a determinação do superior interesse da criança em contexto migratório, entre outros. (PELLANDA E FROSSARD, 2022, p. 37)

As crianças migrantes muitas vezes têm necessidades complexas e únicas devido à sua situação de migração. Isso inclui a necessidade de tradução para superar as barreiras linguísticas, um sistema de tutela eficaz para garantir sua segurança e uma avaliação do interesse da criança (que pode diferir do adulto) no caso de migração.

A compreensão da criança como sujeito de direitos é relativamente recente, sendo a Convenção dos Direitos da Criança (1989) o marco mais importante em nível internacional, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a principal referência no Brasil. (PELLANDA E FROSSARD, 2022, p. 37)

A evolução na compreensão da criança como sujeito de direitos é um desenvolvimento relativamente recente e as convenções e estatutos têm um papel fundamental nesse processo, assegurar que as crianças sejam tratadas com dignidade e respeito e que seus interesses e necessidades sejam levados em consideração é um passo importante.

Historicamente, essa ideia de integração como assimilação marcou as políticas de Estado do Brasil com relação à educação de crianças migrantes entre as décadas de 1930 e 1950. (PELLANDA E FROSSARD, 2022, p. 38)

Esta abordagem poderia ser particularmente difícil para as crianças migrantes. Eles estão frequentemente no cruzamento entre suas culturas de origem e de acolhimento e estão sob pressão para se adaptarem rapidamente à nova cultura, poderia ter implicações de longo prazo para a identidade e o bem-estar das crianças, hoje a compreensão da integração tende a se concentrar mais na inclusão e no respeito à diversidade cultural.

No plano internacional, as crianças migrantes têm recebido atenção mais detalhada. Sem fazer uma revisão exaustiva, destacamos algumas referências, pela sua relevância na interpretação dos direitos da criança migrante. (PELLANDA E FROSSARD, 2022, p. 43)

Deveras que ao longo dos anos, a comunidade internacional realmente aumentou sua preocupação com as crianças migrantes, reconhecendo a importância de garantir seus direitos especiais e é essencial para o desenvolvimento de políticas

e práticas que protejam e promovam os direitos das crianças migrantes e assegurem que sejam tratadas com dignidade, respeito e igualdade, independentemente da sua origem ou circunstâncias.

Quer dizer que a criança migrante recebe essa atenção mais detalhada devido às suas necessidades específicas e vulnerabilidade durante o processo de migração, é vital que a proteção das crianças migrantes seja uma prioridade para garantir que sejam tratadas com dignidade e respeito e que tenham a oportunidades.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a principal referência no Brasil quando se trata de crianças migrantes, assim como acontece com as crianças brasileiras. (PELLANDA E FROSSARD, 2022, p. 52)

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA desempenha um papel de suma importância no Brasil, não apenas para as crianças brasileiras, mas todas que estiverem em território nacional. Garantes que crianças e adolescentes sejam tratadas com dignidade, respeito e igualdade no Brasil. Isso reflete o compromisso do país em proteger todas as crianças, independentemente de sua origem, e promover seu pleno desenvolvimento.

A chegada ao Brasil do fluxo migratório venezuelano ocorre em um contexto em que os padrões da migração para o país vêm observando mudanças desde a redemocratização. (PELLANDA E FROSSARD, 2022, p. 74)

Com o fluxo migratório dos venezuelanos no Brasil ocorreu em um contexto mais amplo, onde os padrões de migração mudaram após a redemocratização. Mudanças na política internacional, crises econômicas e políticas nos países vizinhos e o processo de globalização ajudaram a moldar o perfil dos migrantes que escolheram o Brasil como destino.

Uma particularidade que há de se levar em conta quando pensamos na criança migrante é o fato de que, para elas, a proteção integral deve ser considerada em todas as fases do ciclo migratório, inclusive antes de que a criança chegue ao Brasil. (PELLANDA E FROSSARD, 2022, p. 110)

Pellanda e Frossard (2022) afirmam que a proteção integral das crianças migrantes é um princípio fundamental que deve ser considerado em todas as etapas do ciclo migratório, desde o momento que antecede a sua chegada ao Brasil até sua fixação e integração na nova realidade.

Crianças em situação migratória irregular, ou cujos pais e responsáveis estão em situação migratória irregular, estão mais vulneráveis a uma série de violências, tais como a negligência, o abuso, sequestro, rapto e extorsão, tráfico, exploração sexual, exploração econômica, trabalho infantil, mendicância ou envolvimento em atividades criminosas e ilegais. (PELLANDA E FROSSARD, 2022, p. 113)

Crianças em situação de migração ilegal, ou cujos pais ou tutores se encontram em situação de migração ilegal, estão expostas a um maior grau de vulnerabilidade a uma série de violências e abusos. Essa vulnerabilidade decorre das dificuldades e desafios associados às condições de migração ilegal que muitas vezes botam essas crianças em situações vulneráveis.

Em suma, as crianças e os adolescentes enfrentam desafios, autoridades devem adotar políticas e programas para garantir a proteção e os direitos das crianças e adolescentes migrantes. Isso inclui a aplicação das leis de proteção à criança, acesso a serviços de qualidade, oportunidades educacionais e assistência jurídica adequada. Além disso, a cooperação internacional e o compartilhamento das melhores práticas são essenciais para abordar os migrantes menores de idade de maneira mais eficaz e compassiva.

### **1.3 Projetos e ações voltados para a inclusão de crianças e adolescentes migrantes e refugiados na escola pública**

Considerando o significativo número de imigrantes e refugiados que chegam ao Brasil todos os dias, vindos de diferentes partes do mundo e, considerando que cada família tem, em média, três crianças, torna-se cada vez mais necessário o planejamento e implantação de ações que envolvam, não somente a proteção, a segurança e saúde desses pequenos, mas, sobretudo, o início ou continuidade da escolarização.

Entre 2011 e 2020, estima-se, conforme os registros administrativos de solicitações de residência e de reconhecimento da condição de refugiado, que estavam residindo no Brasil, aproximadamente, 1,3 milhão de imigrantes, liderados por venezuelanos e haitianos com, em média, três crianças por grupo familiar (CAVALCANTI et al, 2021, p. 54).

Durante o período citado por Cavalcanti et al (2021) a Venezuela enfrentou graves crises econômicas, políticas e sociais, levando à migração em massa de cidadãos venezuelanos em busca de melhores condições de vida e segurança. Muitos deles buscaram refúgio em países vizinhos, inclusive no Brasil, onde reconstruíram suas vidas e buscaram oportunidades para suas famílias.

O Haiti, por sua vez, também enfrentou vários desafios, incluindo terremotos devastadores e instabilidade política. Muitos haitianos buscam oportunidades no Brasil e em outros países em busca de melhores condições de vida.

A chegada de imigrantes ao Brasil traz desafios e oportunidades para a sociedade e para o sistema educacional. Por exemplo, as escolas podem se adaptar para acomodar crianças de diferentes contextos culturais e linguísticos, o que garante uma educação inclusiva e de alta qualidade para todos os alunos. É importante reconhecer a importância do acolhimento dessas famílias imigrantes, respeitando a diversidade e proporcionando acesso a serviços básicos que contribuam para uma integração bem-sucedida na sociedade brasileira.

Os dados de todas as regiões do País evidenciam que as matrículas de imigrantes na Educação Básica (Educação Infantil ao Ensino Médio) no período 2010 a 2020 no Brasil passaram de 41.916 para 122.900. Destacando-se que de 1.452 matriculados em 2017, passou para 24.446 em 2020. O número de estudantes venezuelanos no país representa 82,4% dos imigrantes nas escolas da educação básica da região norte, sendo que em Manaus, 2020, chegou a 8.232 na Educação Básica. Nessa região observa-se também, entre 2017 e 2020, um crescimento de mais de 1500% do número de imigrantes oriundos da Venezuela (CAVALCANTI et al, 2021, p. 275).

Os dados apresentados de acordo com Cavalcanti et al (2021) mostram um aumento significativo nas matrículas de imigrantes na Educação Básica no Brasil ao longo do período de 2010 a 2020. O número de matrículas de imigrantes passou de 41.916 para 122.900 nesse período. Um ponto notável é a rápida expansão das

matrículas entre 2017 e 2020, onde o número de matriculados passou de 1.452 para 24.446.

Particularmente visíveis nos dados apresentados, são os imigrantes venezuelanos, que constituem uma parcela importante das matrículas, especialmente no norte do Brasil. O número de alunos venezuelanos em escolas de ensino fundamental nessa região tem crescido consideravelmente, sendo que em 2020 eram 8.232 só em Manaus, políticas públicas e iniciativas de apoio devem ser desenvolvidas para proporcionar suporte aos mesmos.

Conforme diz Evaristo e Silva (2021) “Haitianos, venezuelanos, colombianos, peruanos, e pessoas de outras nacionalidades chegam ao Brasil com necessidades que vão desde regularização documental, passam por moradia, alimentação, emprego, e culminam com a ocupação dos equipamentos públicos de saúde, assistência social e educação, por exemplo.”, requer a implementação de diferentes setores deste campo para oferecer atendimento, mas principalmente nos aspecto linguístico, que é uma das barreiras que encontram.

Do ponto de vista estatístico, o Observatório das Migrações Internacionais (ObMigra), com dados consolidados de 2010 a 2018, destaca, de um lado, que os haitianos são a maioria dos mais de 700 mil imigrantes que se registraram no Brasil nesse período, também estando em primeiro lugar como estrangeiros com ocupação formal. Ampliando-se até 2019, os números apontam que mais de 224 mil haitianos ingressaram no país, com destaque para São Paulo, Roraima, Acre e Amazonas como os estados que mais registraram imigrantes haitianos. (EVARISTO E SILVA, p. 85, 2021)

Durante o período de 2010 a 2019 o foco em especial foi nos haitianos, eles constituíram a maioria dos mais de 700 mil imigrantes que se registraram no Brasil. Isso indica que a imigração haitiana teve um impacto significativo no cenário migratório do país durante esse período, com a sua chegada conseguiram oportunidades de emprego e de maneira regular conseguiram se inserir no mercado de trabalho.

São Paulo, Roraima, Acre e Amazonas, esses estados provavelmente apresentavam condições específicas que atraíam a imigração haitiana, seja por oportunidades de emprego, presença de comunidades estabelecidas ou outras razões que os levaram a buscarem especificamente esses lugares já que foram estes que mais registram a presença de imigrantes haitianos.

Por outro lado, o mesmo ObMigra identificou que, entre 2012 e 2018, os venezuelanos ocupavam a terceira posição entre as nacionalidades com maior número de imigrantes ou refugiados no Brasil. Se levado em consideração somente o ano de 2018, os venezuelanos correspondiam a 39% dos imigrantes registrados no país, com 61.681 pedidos de refúgio registrados, 77% do total de 80.057 solicitações, de acordo com dados da Polícia Federal de janeiro de 2019. (EVARISTO E SILVA, p. 85, 2021)

Houve também durante o período de 2012 a 2019 a significativa imigração venezuelana para o Brasil. Entre 2012 e 2018, os venezuelanos ocuparam o terceiro lugar entre as nacionalidades com maior número de imigrantes ou refugiados no Brasil. Isso indica que a imigração da Venezuela influenciou significativamente os padrões migratórios do país durante esse período.

Diante de tal cenário, algumas iniciativas bem sucedidas podem ser destacadas no que se refere à inclusão dessas crianças nas escolas públicas. O EDUMIGRA traz alguns relatos de professores e educadores que ultrapassaram a barreira de comunicação, acolheram e incorporaram a diversidade linguística nas práticas pedagógicas

Cristiane Dias, professora de Língua Estrangeira – Fundamental II na EEB Maria José Hülse Peixoto, em Criciúma (SC), construiu o projeto *We speak the same language* porque, nas suas palavras, “quando se trata de imigrantes, nós precisamos falar uma língua em comum. E muitas vezes essa língua vai além do inglês. É a língua do respeito, da tolerância, da empatia”. [...] De acordo com Cristiane, “cumprir o objetivo de tornar aluno cada vez mais proficiente em inglês, e, ao mesmo tempo, espero ter plantado a semente da tolerância, do respeito e da diversidade” (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 142)

A atitude da professora em reconhecer as diferenças linguísticas e culturais entre os estudantes imigrantes ganeses e haitianos, e os estudantes locais, é notável. Discutir em sala de aula a origem imigrante de muitas famílias e a situação dos brasileiros que vão trabalhar para o exterior é uma forma eficaz de conscientizar os alunos sobre a importância da diversidade cultural e da comunicação intercultural.

Com a proposta de aproximar as línguas portuguesa e espanhola, facilitar a comunicação e o relacionamento entre os estudantes e desconstruir a sensação de não-pertencimento de estudantes migrantes da EMEF Infante Dom Henrique, em São Paulo, as estudantes organizaram aulas de espanhol para os estudantes brasileiros do 5º ao 8º ano com apoio de outros dois amigos também descendentes de bolivianos e duas professoras. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 143)

Nem sempre a iniciativa em ação de inclusão vem dos professores ou educadores, nesse caso a proposta surgiu de estudantes descendentes de bolivianos que estudavam em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF, por medo de sofrer preconceito e isolamento decidiram criar esse projeto e que ajudou muitos outros estudantes que faziam parte da escola.

Quando a EMEF Infante Dom Henrique recebeu seus primeiros estudantes árabes, cuja língua era desconhecida por grande parte da comunidade escolar, a questão da comunicação parecia ter se tornado mais difícil. Diferente de migrantes que falavam línguas latinas ou do inglês, a língua árabe parecia muito distante e sem possibilidade de comunicação. Para contornar a situação, o diretor Cláudio Marques da Silva Neto promoveu reuniões com as famílias e os estudantes e a escola passou a adotar iniciativas que transformaram o convívio e o aprendizado de toda a comunidade. (EDUMIGRA p. 143, 2021)

Foi criado o projeto “Português Para Imigrantes” que proporciona aulas de língua portuguesa para pessoas todos, além de serem confeccionadas placas que sinalizam ambientes da escola em quatro línguas (português, espanhol, árabe e inglês), encontrar uma língua em comum entre alunos e professores facilita a comunicação inicial. Existem alunos ou professores que entendem a língua do aluno imigrante ou conseguem se comunicar em um terceiro idioma (que não seja o português ou o idioma do aluno), como inglês ou espanhol, é possível fortalecer a comunicação estudante e escola.

[...] o projeto Acolhimento, somos responsáveis pelo que cativamos idealizado por Nicolly Barros, aluna do 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Lobo D’Almada, em Boa Vista (RR). A estudante observou que seus colegas migrantes eram alvo de violência e isolamento e resolveu formar um grupo de estudantes para acolher e integrar os migrantes. O grupo faz ações de acolhimento nos primeiros dias de aula e acompanha os estudantes migrantes ao longo do ano ajudando nos processos de aprendizagem e na criação de laços de amizade. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 144)

Mais uma vez um projeto iniciado por uma aluna, a fim de integrar os imigrantes. Esta iniciativa é um exemplo de como os alunos podem ser envolvidos ativamente na promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e harmonioso. Reconhecendo a importância do apoio emocional e social aos imigrantes, o grupo

promove o bem-estar de todos os alunos e cria uma comunidade escolar mais forte e coesa.

Sobre experiências de escolas abertas para famílias migrantes, é interessante mencionar a iniciativa da EMEI Mary Buarque, em São Paulo, que convidou os familiares dos estudantes para uma roda de conversa em um sábado de intercâmbio cultural. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 147)

A iniciativa da escola teve como objetivo aproximar as famílias do migrante da escola, os convidados levaram um pouco da sua cultura, degustação de comida de seus países, houve troca entre educadores e familiares sobre jogos e cantigas de infância da Bolívia, do Brasil e do Peru em que cada participante contribuiu com o seu conhecimento que depois foi levado para a sala de aula dos educadores.

No que se refere à matrícula de imigrantes na rede municipal de ensino de Manaus no período de 2016 a 2020, a Secretaria Municipal de Ensino de Manaus – SEMED apresentou os seguintes dados:

Matrícula de Alunos Estrangeiros na cidade de Manaus (2016-2020)

<b>ANO LETIVO</b>	<b>NÚMERO DE ALUNOS ESTRANGEIROS MATRICULADOS</b>
2016	269
2017	372
2018	744
2019	2.197
2020	4.484

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED)

No âmbito estadual, dados de 2021 revelam que a rede de ensino municipal e estadual de Manaus receberam imigrantes vindos da Venezuela, Peru, Bolívia, dentre outros:

A tese constatou a presença de 5 mil alunos na rede municipal de Manaus em 2021. Também neste ano, o Governo do Amazonas matriculou 3.883 alunos estrangeiros na rede pública estadual. Desse total, 3.371 são da Venezuela, 212 do Haiti, 110 do Peru, 92 da Colômbia e 23 são da Bolívia.

Os demais são de países como Japão, Cuba, Líbia, Espanha, dentre outros. (TADEU, p. 2, 2021)

O estado do Amazonas está lidando com um número considerável de estudantes de diferentes origens culturais e linguísticas. A presença diversificada de alunos estrangeiros nas escolas de Manaus reforça a importância de uma educação inclusiva e sensível à diversidade cultural. O desenvolvimento de políticas e estratégias que promovam a integração, a aprendizagem intercultural e a equidade educacional é crucial para garantir a igualdade de acesso à educação de qualidade para todos os alunos.

Frente a essa realidade, a experiência de uma escola municipal de Manaus revela possibilidades interessantes para esse processo de inclusão das crianças imigrantes, mas que ainda é muito preliminar diante das necessidades educacionais desses alunos, pois alcança um número reduzido de professores em formação para o trabalho docente com esse público.

A escola fica próxima à paróquia de São Geraldo, que atua por meio da Pastoral dos Imigrantes para acolher e abrigo para imigrantes que chegam a Manaus. A proximidade física fez com que a escola fosse procurada pela população acolhida e as duas instituições começaram a trabalhar juntas.

Em 2018, a Escola Municipal Waldir Garcia, em Manaus, era a instituição com o maior número de estudantes migrantes no município: dos 221 matriculados, 28 tinham origem de outros países. A diretora Lúcia Cortez de Barros Santos comenta que “Quando vamos matricular um aluno estrangeiro é muito difícil porque o pai não fala a nossa língua. Nós não conseguimos entendê-lo e ele não nos entende”. Ela relata também que poucas famílias apresentam documentos à escola, incluindo os registros escolares. No entanto, a ausência desses documentos não impede a matrícula dos estudantes, como determina orientação do Conselho Nacional de Educação. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 82)

Através da parceria, a escola ajuda a referenciar e matricular crianças imigrantes em idade escolar que são acolhidas pela paróquia. Como a escola atende apenas o ensino fundamental I, agora as crianças mais novas são encaminhadas para o Centro Municipal de Educação Infantil Maria de Mathias, situado na frente da Escola Professor Waldir Garcia e no contraturno a escola Waldir Garcia oferece oficinas para as crianças do Centro.

Um caso interessante é o da Escola Municipal Professor Waldir Garcia, em Manaus (AM), que se reinventou para atender uma importante demanda das famílias migrantes hospedadas na Paróquia de São Geraldo: acolher crianças pequenas durante o contraturno para ajudar pais e mães a trabalhar ou buscar emprego na capital manauara. Foi um caminho sem volta: a escola se abriu para o multiculturalismo e hoje é uma referência no atendimento a estudantes migrantes, tendo inclusive sido laureada com o Prêmio Educador Nota Dez - 2020. (EDUMIGRA, p. 146, 2021)

A escola Waldir Garcia é um exemplo inspirador de como uma instituição educacional pode se adaptar às necessidades especiais de famílias imigrantes e se tornar um centro de apoio para ajudar estudantes imigrantes. Tal abordagem mostra não apenas uma abertura ao multiculturalismo, mas também uma capacidade de se reinventar para enfrentar os desafios da diversidade cultural e da migração.

O fato de a língua espanhola ser falada por grande parte dos estudantes migrantes e o desejo de uma parcela expressiva dos funcionários de aprender o idioma fizeram com que a escola realizasse diferentes iniciativas para inserir a língua espanhola no currículo escolar e promover cursos para estudantes e servidores. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 147)

A iniciativa da escola de incluir o espanhol no currículo escolar e oferecer cursos para alunos e funcionários é um exemplo significativo de como as instituições educacionais podem se adaptar às necessidades linguísticas e culturais de uma população diversificada, especialmente, estudantes imigrantes.

## CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O capítulo apresenta as ferramentas da pesquisa que ajudaram na coleta dos dados, as etapas marcadas pela pesquisa bibliográfica e documental, sujeitos envolvidos na pesquisa e análise de dados.

### 2.1. Natureza da Pesquisa

A pesquisa realizada para a construção do presente Trabalho de Conclusão de Curso deu-se no período de 28/06/22 a 27/10/22 durante o Estágio Supervisionado II, sendo complementada com dados coletados no primeiro semestre de 2023.

Trata-se de uma investigação na área da educação inclusiva para imigrantes e refugiados que estudam nos Anos Iniciais, em uma escola municipal de Ensino Fundamental de Manaus. Caracteriza-se como um trabalho que utilizou os recursos da pesquisa bibliográfica e documental, como também realizou coleta de dados no campo.

A compreensão desses procedimentos metodológicos descritos é o ponto de partida para sua aplicação. Dessa maneira, abordaremos a seguir seus fundamentos mediante a contribuição de autores da área.

Em referência à pesquisa bibliográfica, é possível destacar que:

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

Segundo Andrade (2010) a pesquisa bibliográfica é indispensável e fundamental nos cursos de graduação sem exceção. É o primeiro passo em direção às atividades acadêmicas, mesmo pesquisas de laboratório, trabalhos de campo ou trabalhos como seminários e monografias exigem essa pesquisa prévia. É crucial

para pesquisar temas, desenvolver conteúdo, citações e tirar conclusões. Portanto, todos os alunos, independente da área, deverão fazer pesquisas bibliográficas para a realização de seus trabalhos acadêmicos.

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Severino (2007) afirma que a pesquisa bibliográfica se dá por um conjunto de informações e registros anteriores em documentos impressos trabalhados por outros pesquisadores e o pesquisador conta com a contribuição dos autores dos estudos analíticos que servirão como base de seu trabalho de pesquisa.

A análise documental também compôs os procedimentos da pesquisa:

A pesquisa documental consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que não foram utilizados para nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos (Guba e Lincoln, 1981). Desta forma, a pesquisa documental envolve uma análise minuciosa e abrangente de material anteriormente não utilizado em busca de novas interpretações e informações adicionais, os chamados documentos.

Para Lüdke e André (2012), são considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação: leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares. Portanto, a definição ampla de documentos inclui documentos que vão desde fontes oficiais até fontes mais pessoais. Isto melhora a recuperação de informações, destacando a diversidade de fontes que podem ser exploradas na pesquisa documental.

A realização da pesquisa de campo contribuiu para complementar a análise dos dados bibliográficos e documentais. Sendo assim, torna-se importante compreender que a pesquisa de campo:

Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias. (GIL, 2002, p. 53)

A pesquisa envolve observação direta do grupo estudado e análise documental para compreender e interpretar de forma abrangente as atividades que ocorrem no grupo.

A abordagem utilizada na pesquisa foi qualitativa, possibilitando interação com os sujeitos informantes em um clima de colaboração para compreensão das percepções, vivências e angústias enfrentadas no cotidiano da escola. Isso foi possível porque a abordagem qualitativa envolve:

A observação direta permite também que o observador chegue mais perto das "perspectivas dos sujeitos", um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha in loco as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca às suas próprias ações. (LUDKE e ANDRE, 2012, p.34)

A observação direta permite a compreensão das perspectivas dos sujeitos, o que é crucial nas abordagens qualitativas. Observando as experiências, o observador tenta compreender a visão de mundo dos sujeitos e o significado que eles dão à realidade e às ações.

## **2.2 Etapas da Pesquisa**

O início e o decorrer da pesquisa foram marcados pela pesquisa bibliográfica e documental para o estudo teórico-legal das questões que envolvem o direito à educação, como também a inclusão escolar de imigrantes e refugiados no Brasil. Isso foi possível por meio da contribuição de pesquisadores e documentos oficiais, tais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Convenção Das Nações Unidas Sobre Os Direitos Da Criança (1989); Declaração de Jomtien (1990); Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/96; Resolução Nº 7, de 14 de Dezembro de 2010; Base Nacional Comum Curricular

(2018); Referencial Curricular Amazonense (2019); Currículo Escolar Municipal (2020); Lei dos Refugiados (1997); Lei de Migração (2017); EDUMIGRA (2021); Pellanda e Frossard (2022); Cavalcanti et al (2021); Evaristo e Silva (2021); Tadeu (2021).

Para a sistematização das leituras foi utilizado um caderno de citações desde o período de elaboração do projeto de pesquisa. O caderno de citações foi elaborado através de roteiros que continham várias perguntas que foram respondidas através das citações diretas, o caderno foi utilizado durante toda a escrita da monografia.

Após a sistematização das leituras sobre o tema, elaboramos um projeto de pesquisa que, posteriormente, deu corpo aos capítulos desta monografia. A partir dessa etapa do projeto de pesquisa foi feito o sumário hipotético para definição da estrutura do trabalho, em atendimento aos objetivos previstos.

Outra etapa importante foi a ampliação da fundamentação teórica e documental iniciada no projeto de pesquisa, novas fontes de pesquisa foram incorporadas ao trabalho, visando ampliar nossa compreensão sobre o tema.

A coleta de dados do campo, outra etapa importante da pesquisa, foi realizada em duas fases:

1ª fase: durante a realização do Estágio Supervisionado II, por meio da observação participante e registro no caderno de campo. Sobre esses dois recursos, temos a ressaltar que:

A Observação Participante é realizada em contacto direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de factos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica. (CORREIA, 1999, p. 31)

A observação participante é uma interação direta e duradoura com atores sociais, tendo o pesquisador como veículo central. Compreender fatos e interações requer neutralidade, e é necessário que os pesquisadores saibam utilizar esta técnica de forma eficaz.

No que se refere ao caderno de campo do Estágio, consideramos um apoio essencial para os registros das vivências e relatos durante o período na escola. Dessa maneira, o caderno de campo:

Na educação, o registro da ação docente tornou-se nas últimas décadas, motivo de muitos estudos e reflexões, fato observado de maneira geral, por meio dos documentos oficiais de orientação pedagógica e na literatura nacional e internacional, por ser considerada uma atividade de grande valor para a formação dos professores, pois permite uma reflexão sobre o seu fazer, gerando ação-reflexão-ação. (MARTINS e FRANÇA, 2020, p. 57)

O registro se torna objeto de estudos e reflexões, é um material valioso pois os dados que serão utilizados na pesquisa são retirados de observações de fatos e contribui para o desenvolvimento do trabalho.

2ª fase: os dados iniciais colhidos durante o Estágio Supervisionado II foram complementados pelas informações recolhidas nessa segunda fase da pesquisa.

Em 2023 retornei à escola para aplicar entrevista, as questões da entrevistas estão relacionados com o planejamento das aulas; as atividades com as crianças; as dificuldades encontradas; o trabalho pedagógico frente a essas dificuldades com as crianças imigrantes e refugiadas; ambiente escolar acolhedor e formação para trabalhar com a inclusão das crianças imigrantes.

Passei dois períodos na escola então já estava familiarizada com o ambiente, precisei de um dia para realizar a entrevista com as pessoas envolvidas, não encontrei dificuldades ao procurar as professoras, pedagoga e gestora, todas foram colaborativas para esse processo.

[...] a entrevista semi-estruturada, que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações. Parece-nos claro que o tipo de entrevista mais adequado para o trabalho de pesquisa que se faz atualmente em educação aproxima-se mais dos esquemas mais livres, menos estruturados. A (LUDKE e ANDRE, 2012, p.34)

A entrevista semi-estruturada serve como uma base, que ao decorrer da entrevista pode sofrer adaptações. É mais conveniente abordar questões, por exemplo no âmbito da educação, com um instrumento com base em roteiro e que seja flexível.

### **2.3 Local e Sujeitos da Pesquisa**

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de Ensino Fundamental da zona oeste de Manaus. Tivemos como participantes da pesquisa: duas turmas, duas professoras, pedagoga e a gestora.

### **2.4 Análise de Dados**

Após recolher todas as informações, para a melhor compreensão dos objetivos que foram propostos, os dados foram analisados qualitativamente. Como caracterizam as autoras Ludke e André, “analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis” (1986, p.45).

Foram consideradas na análise as relações estabelecidas entre os aspectos teóricos apresentados pelos pesquisadores estudados, as diretrizes legais identificadas nos documentos, os registros do caderno de campo e as reflexões construídas a partir das vivências do Estágio.

O percurso investigativo buscou atender ao objetivo geral da pesquisa que foi analisar a inclusão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das crianças imigrantes e refugiadas.

## **CAPÍTULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O capítulo pretende refletir sobre o trabalho pedagógico com crianças imigrantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em uma Escola Municipal a partir das experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado II e a observação participante em sala de aula. Onde será apresentado dados da escola investigada e abordado os resultados das interações com as professoras, pedagoga e gestora.

### **3.1 A vida na universidade e na escola do Estágio: vínculos refletivos**

Desde que eu me lembro sempre tive vontade de ser professora, não por falta de opção mas por existir em mim uma vocação para isso. A minha brincadeira favorita era de ser professora, na escola eu adorava ser a ajudante. Quando eu era criança eu não sabia que os adultos faziam faculdade e nem o que era uma, até porque essa não era uma realidade na minha família, no ensino fundamental anos finais os professores começaram a falar sobre os vestibulares, o que eram e a importância de fazermos para poder entrar em uma universidade, no 9º ano eu ainda não pensava em algum curso específico mas eu já sabia que era na área da educação.

A escola onde eu estudei por 12 anos sempre valorizou a formação integral dos seus alunos, principalmente após concluir o ensino médio, por isso havia uma importância em colocar a maioria, senão todos os alunos, dentro de uma universidade pública. Quando comecei a fazer os vestibulares seriados não sabia o curso que escolher, mas uma hora eu teria que decidir. Finalmente no meu último ano e ainda não tinha decidido nada, conversei com minha professora que ministrava uma disciplina chamada “Projeto de Vida”, cuja formação é em Pedagogia, eu não sabia nada sobre o curso e ela me disse tudo sobre, me motivou e incentivou a escolher Pedagogia.

Escolhi o curso e passei, quando entrei na faculdade em 2019 eu estava sentindo uma mistura de sentimentos, me questionava a todo momento “será se é isso mesmo? será se vou conseguir?”. Nos primeiros períodos foi tudo muito impactante para mim, achava que era a coisa mais difícil do mundo, morria de medo de uma PF (prova final) e é claro que já fiquei em uma. Apesar do caminho não ser fácil, fica mais tranquilo quando se tem amigos ao seu lado. Construí amizades que

certamente levarei para a vida toda e que em momentos difíceis estavam ao meu lado.

A jornada universitária é difícil, mas infelizmente tive o desprazer de viver o período mais triste e angustiante que foi o da pandemia, não tem como citar um momento mais delicado de superar como esse, perdemos amigos, professores e familiares. Ficará marcado para sempre, até porque somos os sobreviventes desse vírus que assolou o mundo todo. Passamos a realizar nossas atividades acadêmicas de forma remota, cada um de sua casa até retornamos em 2022, o ano em que iniciamos o estágio supervisionado.

A experiência do estágio representa um importante aspecto na formação do futuro docente, o estágio é um momento de aprendizagem, abrangendo observação, problematização e reflexão a respeito do exercício docente. Apesar dos desafios, o Estágio Supervisionado I, II e III foram realizados satisfatoriamente, proporcionando uma visão prática em um CMEI e EMEF. O estágio em gestão escolar foi uma excelente oportunidade para os futuros pedagogos ou gestores adquirirem experiência e conhecimentos valiosos a respeito dos aspectos administrativos e de liderança da gestão de uma escola.

Desde o Estágio I procurei observar aspectos relacionados à escrita da monografia, mas foi no Estágio II que enxerguei uma problematização que para mim foi pertinente. A contribuição do estágio foi muito útil no processo de investigação relacionado com a educação escolar de crianças imigrantes e refugiadas, fornece uma perspectiva única e valiosa para a pesquisa, dando acesso a relatos e experiências em primeira mão do sistema educacional.

Ao escolher o tema para a minha monografia, pensei em quantas vezes já ouvi falar sobre esse assunto, não muitas, e talvez por isso o motivo da escolha. Depois de pensar em um tema não sabemos nem por onde começar a escrever e como fazer isso, pois eu tive o privilégio de ter uma das melhores professoras para me orientar nesse processo árduo e deixa muito mais simplificado, a forma como me direciona a fazer cada item torna o trabalho mais produtivo, mesmo que leve tempo, sabemos que somos capazes de conseguir.

A produção de um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é desafiador e requer muita dedicação, tempo e esforço. É uma realização significativa na vida de um universitário, ter o domínio de um tema específico beneficia tanto a compreensão pessoal quanto às futuras oportunidades de carreira, é um passo a mais para quem

pretende seguir com as especializações. A minha vida toda escutei que a educação é o melhor caminho e como disse Nelson Mandela “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. Portanto, não pretendo parar por aqui e espero em um futuro próximo estar em um mestrado.

### **3.2 Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**

O Estágio Supervisionado II é um componente curricular do 7º período do Curso de Pedagogia, faz parte do processo de formação de todo o curso de graduação, é realizado em escolas públicas que trabalham com os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O estágio foi desenvolvido em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF.

Os estágios são essenciais para a formação de um pedagogo, proporcionando experiência prática em sala de aula, melhorando as habilidades de ensino, contato com a sala de aula e a interação com os alunos, enriquecendo a compreensão teórica e promovendo uma preparação eficaz para carreiras na educação.

O estágio supervisionado é um espaço de aprendizagem da profissão docente e de construção da identidade profissional. Assim, ele é compreendido como campo de conhecimento e a ele deve ser atribuído um estatuto epistemológico indissociável da prática, concebendo-o como práxis, o que o define como uma atitude investigativa que envolve a reflexão e a intervenção em questões educacionais. (SILVA e GASPAR, 2018, p. 206)

O estágio supervisionado é fundamental para o desenvolvimento da identidade profissional dos futuros educadores, não apenas como prática, mas como método de investigação que combina reflexão e intervenção sobre questões educativas.

#### **a) Plano de Ação**

Durante o período do Estágio Supervisionado III, como parte das atividades desenvolvidas pelos acadêmicos, foi realizado o diagnóstico da Escola, visando o desenvolvimento de um Plano de Ação em Gestão. O grupo de estagiários presentes na escola, enxergou uma problemática e concluímos que havia um número considerável de alunos com Transtorno do Espectro Austista - TEA bem

como alunos imigrantes e/ou refugiados, em sua maioria venezuelanos, vimos que é de extrema importância trabalhar com a inclusão dos mesmos, assim definimos que o tema do plano seria “Inclusão de alunos com TEA e imigrantes e/ou refugiados”

Conforme afirma Mantoan (2003, p. 33), “incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum, ou seja, ensinar a todas as crianças indistintamente”. Em uma escola inclusiva, os alunos não são segregados ou separados com base em suas características ou condição. Em vez disso, eles são educados juntos em um ambiente diversificado e solidário que reconhece e valoriza as diferenças.

Os alunos com deficiências ou outros desafios de aprendizagem recebem as acomodações e apoio necessários para participar plenamente das atividades de sala de aula, enquanto os alunos de diferentes origens culturais são respeitados e incluídos na comunidade escolar.

A inclusão escolar de alunos autistas e imigrantes e/ou refugiados, como também de todos aqueles que apresentem outras necessidades especiais que possam comprometer seu desempenho em geral, requer um compromisso de compreender e apoiar as necessidades únicas desses indivíduos.

Para estudantes imigrantes e/ou refugiados, a inclusão significa fornecer suporte linguístico e acolhimento, dentre outras condições mínimas de vida social. Isso pode ajudar esses alunos a se sentirem valorizados em seu novo ambiente escolar, o que pode impactar positivamente em sua vida.

Educação Inclusiva significa pensar uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem (BLANCO, 2003, p. 16).

A educação inclusiva consiste em criar um ambiente escolar que permita a todos os alunos o acesso à escola, elimine práticas discriminatórias e adote uma abordagem que identifique e supere as dificuldades de aprendizagem.

Em resumo, a justificativa para o Plano de Ação se deu porque no contexto educacional brasileiro a diversidade escolar abrange inúmeras questões culturais, sociais, econômicas, onde as minorias e outros públicos discriminados convivem diariamente com limites que os impedem de avançar nos estudos e na vida em

geral. Nessa situação específica, vemos a necessidade de inclusão tanto de alunos imigrantes quanto alunos com Transtorno do Espectro Autista – TEA.

A inclusão requer abertura social e as escolas desempenham um papel fundamental. A formação de professores e de todos os atores escolares através de oficinas, projetos, cursos é fundamental para uma prática inclusiva e eficaz.

O objetivo geral do Plano de Ação foi promover a formação continuada para professores dentro da temática abordada, já os objetivos específicos: apresentar a importância da inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista - TEA na sala de aula regular; exibir metodologias voltadas para trabalhar com alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA; aprimorar a relação professor-aluno com foco nos alunos estrangeiros; difundir a integração cultural dentro da sala de aula.

A proposta do plano foi de realizar oficinas que seriam divididas em 4 ações, cada ação correspondendo a um objetivo específico. Do ponto de vista amplo do Plano de Ação que é a inclusão, houve mais interesse pelas questões específicas dos alunos estrangeiros no que diz respeito à migração, já que é o foco da pesquisa.

Uma das ações do plano foi destacar e construir continuamente reflexões sobre a relação professor-aluno com foco nos alunos imigrantes e/ou refugiados. Os resultados previstos foram: maior interação entre os professores e os alunos, empoderamento dos professores em relação à métodos inovadores e sensibilização para a participação ativa dos imigrantes e/ou refugiados na sala de aula.

#### b) A temática migração como foco da pesquisa

Não há dúvida de que optar por trabalhar inclusão e educação de crianças imigrantes e refugiadas é fortemente valioso. O crescimento espantoso do número de estudantes imigrantes nos últimos anos necessita de atenção, visando garantir que as crianças possuam acesso a uma educação de qualidade e sejam efetivamente incluídas em novos ambientes escolares e muitas vezes desafiantes.

A ideia principal do Plano de Ação foi trabalhar a inclusão. Focando na escolha do tema para o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC e relacionando com o plano do estágio, isso permitiu me aprofundar na compreensão das barreiras específicas que as crianças imigrantes e refugiadas enfrentam na educação, ao mesmo tempo que se explora estratégias eficazes de ensino e inclusão que podem ser implementadas no contexto escolar. “As pessoas que migram procuram nas escolas o aprendizado da língua local, a continuidade dos estudos, a ampliação de

qualificação e o estabelecimento de laços sociais.” (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 128). Nesse sentido é possível compreender o que impulsiona o imigrante a buscar na escola.

As escolas desempenham um papel vital para os imigrantes, não só porque podem proporcionar oportunidades de aprendizagem da língua local, mas também por serem potenciais espaços de integração social, onde os imigrantes podem formar ligações e laços com a comunidade local, contribuindo assim para uma transição mais suave para a nova realidade.

O número de alunos imigrantes cresceu de uma forma exponencial na última década.

A partir dos dados do Censo Escolar 2020, consolidados para o Brasil, verifica-se um aumento expressivo no número de imigrantes matriculados na rede básica de ensino, passando de 41.916 em 2010 para 122.900 em 2020. (CAVALCANTI *et al*, 2021, p. 256)

É notório o aumento nas matrículas de imigrantes na Educação Básica no Brasil, subindo de 41.916 em 2010 para 122.900 em 2020.

Os fluxos de venezuelanos, haitianos, cubanos, sobretudo entre os solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados, colaborou para reconfigurar a distribuição espacial da migração no país, com os estados de Roraima e Amazonas, localizados na Região Norte, acolhendo parcela importante dos imigrantes. (CAVALCANTI *et al*, 2021, p. 73)

A redistribuição geográfica do Brasil teve influência a partir da entrada significativa de venezuelanos, haitianos, cubanos reconhecidos em condição de refugiados sendo a Região Norte a receber uma parcela considerável de imigrantes.

### **3.3 A pesquisa monográfica: o trabalho pedagógico com crianças imigrantes e refugiadas**

#### **3.3.1 caracterização da escola investigada**

A Escola Municipal em que foi realizada a pesquisa fica localizada na zona oeste de Manaus no bairro Alvorada, atende Educação Integral em Tempo Integral

no Ensino Fundamental I, 1º ao 5º ano, a situação do prédio da escola é alugado e se mudaram para o local recentemente. A escola possui 15 salas de aula; sala de coordenação pedagógica; sala de direção; sala de professores; secretaria; auditório; brinquedoteca; sala de leitura; sala multifuncional; 8 banheiros para meninas e 8 banheiros para meninos; banheiro dos funcionários; almoxarifado, depósito de merenda; cozinha; refeitório, quadra esportiva, estacionamento bem amplo e com árvores ao redor da escola.

Seguindo a proposta de uma educação integral, a escola funciona no horário de 07h30 às 15h30, após o almoço e descanso eles participam de oficinas ou projetos. Os alunos matriculados vêm dos bairros vizinhos, o público é bastante diversificado, formado por crianças de famílias carentes e crianças de classe média. São 15 turmas ao total e para cada ano há 3 salas (1º ano A, B e C; 2º ano A, B e C; 3º ano A, B e C; 4º ano A, B e C; 5º ano A, B e C), a quantidade de alunos em cada turma variam entre 16 a 30 alunos. A escola conta com mais de 34 funcionários, entre professores, pedagoga, gestora, apoio pedagógico, auxiliar de serviços gerais, cozinheiras, auxiliar administrativo, auxiliar de limpeza e secretária.

A educação deve promover uma transformação em todos os sujeitos envolvidos no processo educacional conscientizando-os da importância do coletivo para que aconteça a efetivação da proposta pedagógica. Almejamos a formação de um ser humano protagonista de sua aprendizagem, autônomo, reflexivo, humanista, que compartilhe e interaja coletivamente com o meio em que vive, respeitando e cuidando de si e de seus pares. (2022, p. 14)

A escola adota uma abordagem educacional centrada no aluno visando autonomia, reflexão, comunicação coletiva e valores humanísticos para promover uma aprendizagem significativa e uma participação social ativa.

### **3.3.2 Interação com as professoras, a pedagoga e a gestora**

#### **a) Professora A**

Possui formação em Pedagogia e Especialização em Educação Infantil, está na faixa-etária de 40 a 49 anos, seu tempo de experiência na docência é de 18 anos. Há 10 anos atua com grupos de crianças brasileiras e imigrantes.

Será abordado a partir de agora a análise da interação com a professora durante a coleta de dados no campo. Foram feitas perguntas a respeito do planejamento das aulas, exemplos de como são as aulas e como pode ser adaptado o currículo para atender as necessidades de uma criança imigrante.

A professora entrevistada é uma das que fizeram parte da elaboração do projeto NUMA - Nações Unidas no Maria das Graças, que trabalha a diversidade cultural. Ao procurar a mesma para realizar a entrevista, mostrou-se colaborativa para responder às questões.

**Questão 1: Comente como as aulas são planejadas para a turma de modo geral.**

*“Bom, as aulas são planejadas seguindo currículo mínimo que é um documento que é enviado pela secretaria, mas como já dizem, é um currículo mínimo, né? a gente tem que cumprir com aquilo ali, que é dentro da BNCC, mas a gente não fica preso a ele né, conforme as crianças trazem ou a gente percebe no que eles falam, o que que eles tão falando naquele momento ou que eles perguntam, as curiosidades que eles têm, eles trazem e aí a gente incentiva a pesquisa debate aqui na sala, então a gente não fica fechado naquele currículo mínimo, né? nem no que somente foi planejado.”*

As aulas são baseadas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, porém o currículo mínimo é flexível e os professores não se prendem a isso, a partir das observações das falas das crianças e suas curiosidades é proposto debate e pesquisas, assim há um equilíbrio entre o currículo e a participação ativa dos alunos no processo educativo.

Ao abordar os TCTs, é possível fazer com que o conteúdo ensinado em sala de aula dialogue com a realidade contemporânea, permitindo que o estudante possa compreender, por exemplo, a importância de entender e respeitar pessoas de diferentes origens e culturas. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 137)

A partir do momento em que o aluno leva ao professor sua curiosidade/pergunta sobre algo do seu cotidiano, principalmente se for relacionado aos imigrantes e refugiadas é possível dialogar o conteúdo escolar com a realidade, questões como a diversidade cultural e o respeito pelas diferenças, os professores

podem contextualizar a aprendizagem e torná-la relevante para os alunos, e promove a compreensão da importância de conviver numa sociedade multicultural.

**Questão 2: Exemplifique a aplicação de uma das aulas.**

*“Bom, um dos exemplos é esse que eu te falei da questão do NUMA, por quê? Porque se a gente fosse seguir o que diz no currículo mínimo ou do primeiro ano ou do segundo ano, do terceiro, né? A escola não participaria como um todo então foi algo que foi a uma criança trouxe um grupo de crianças a gente conversou e percebeu que era importante que a escola toda trabalhasse né, essa questão da valorização de outras nações, então isso não estava dentro do currículo do primeiro ano no caso ou do segundo ano, mas a gente trouxe e adaptou para que todas as crianças e todos os anos participasse”*

O projeto NUMA - Nações Unidas no Maria das Graças representa como a escola pensa além do que está no currículo mínimo de cada ano. A abordagem adaptativa capacitou toda a escola a participar na valorização de diferentes culturas e enfatizou a flexibilidade da educação em direção aos objetivos mais amplos de inclusão e consciência cultural.

A presença de estudantes, familiares e funcionários de diferentes origens enriquece a comunidade escolar. A diversidade cultural, quando incluída e valorizada nas práticas pedagógicas, amplia o repertório de saberes de educadores e estudantes, proporciona a troca de conhecimentos, a aproximação de toda a comunidade e fortalece o sentimento de pertencimento de todas as pessoas envolvidas. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 150)

A diversidade nas escolas enriquece a comunidade e promove a troca de informações entre alunos, professores e familiares. Valorizar esta diversidade nas práticas pedagógicas fortalece vínculos, aumenta o sentimento de pertencimento e fortalece a união da comunidade escolar.

**Questão 3: Como pode ser adaptado o currículo para atender às necessidades educacionais e culturais específicas das crianças imigrantes nos Anos Iniciais?**

*“Bom, é como eu te disse anteriormente, aqui na escola a gente trabalha muito dentro do que a criança traz, né? situações que acontecem aqui nas relações dela,*

*no nosso cotidiano, então a gente está sempre fazendo essas adaptações e um dos exemplos é o nosso projeto NUMA - Nações Unidas no Maria das Graças, né? onde a gente recebe crianças venezuelanas, haitianas tinham descendentes também de crianças japonesas, então numa determinada situação uma criança se referiu à cultura, ao país da outra criança, no caso uma criança venezuelana, diminuindo né? e aí a gente achou importante que fosse valorizado, né? que cada criança trouxesse a sua cultura e que fosse valorizado o aspecto de cada país, e aí a gente criou esse projeto para ser desenvolvido na escola como um todo.”*

A escola respeita a diversidade cultural de seus alunos e adapta o ensino às situações do dia a dia. O NUMA - Nações Unidas no Maria das Graças promove a valorização das diversas culturas que existem na escola após uma situação em que a cultura de outra criança foi menosprezada. Isto demonstra o compromisso da escola com a inclusão e o respeito mútuo.

Cabe destacar também os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicados pelo Ministério da Educação. Estes estão dispostos em seis macroáreas temáticas e, dentre elas, destacamos o multiculturalismo, que contempla a diversidade cultural e a educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras. Há, nesse sentido, um reconhecimento por parte do Estado de que o Brasil é formado por uma sociedade multicultural, que abriga povos de origens culturais diversas, e da necessidade de valorização dessa diversidade. (EDUMIGRA, 2021, p. 137)

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) da Base Nacional Comum Curricular - BNCC refletem o reconhecimento do Estado brasileiro à diversidade cultural. O foco no multiculturalismo destaca a importância de valorizar as diversas origens culturais presentes na sociedade brasileira, combinada com uma abordagem inclusiva e respeitosa da educação.

#### **b) Professora B**

Possui formação em Pedagogia e Especialização em Docência na Séries Iniciais, está na faixa-etária de 40 a 49 anos, seu tempo de experiência na docência é de 19 anos.

Há 11 anos atua com grupos de crianças brasileiras e imigrantes. Recentemente concluiu o curso de Espanhol oferecido pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus - SEMED através do Programa Ampliando Horizontes e já iniciou o curso de Inglês.

Será exposto daqui pra frente a análise da interação com a professora durante a coleta de dados. Foi questionado sobre o planejamento de atividades diferenciadas para crianças imigrantes, a comunicação com elas e recursos que facilitem a aprendizagem dessas crianças.

Escolhi entrevistar a professora pois já havia a acompanhado em sala de aula, também é uma das que participou do Programa Ampliando Horizontes. A professora colaborou para que a entrevista fosse realizada.

**Questão 1: Há planejamento de atividades diferenciadas para as crianças imigrantes? Exemplifique.**

*“Olha na escola nós temos o trabalho com o NUMA que é um projeto que foi pensado por alguns professores para resgate desses lugares, né? de onde essas crianças vieram pra conhecer a pra que as outras também conhecessem, né? a sua, a sua cultura e fosse e tivesse um resgate da cultura dessas crianças, desses locais da onde elas vieram pra eles não perderem suas identidades, né? agora um planejamento de atividades específicas nós não temos a não ser o NUMA como um grande projeto da escola, o momento de setembro que acontece, vai haver esse ano de novo e aí a gente o que que a gente faz? o planejamento seria conhecer as características desses países, os aspectos físicos do país, culturais, religiosos, todos os conhecimentos que envolver aqueles países, aí nas atividades por exemplo, tenho alunos venezuelanos nas atividades de rotina o que a gente pode fazer é como a como eu já consigo, eu já tenho conhecimento da língua deles por ter feito um curso de espanhol, então eu consigo dialogar com eles em que eles têm dificuldades na linguagem do português, né? Que eu tenho uma aluna que ela troca, por exemplo, V, ela nunca escreve palavras com V, ela bota o B por conta do som, né? A Valéria no caso, então eu tenho essa condição de fazer isso na forma macro.”*

Não há um planejamento de atividades específicas para o público de crianças imigrantes, segundo a professora. O que a escola possui é o projeto Nações Unidas no Maria das Graças - NUMA que foi pensado por professores para resgatar a cultura do lugar de onde a criança veio e evitar a perda de identidade. O projeto é para toda a escola e devem conhecer todas as características do país. Já nas atividades em sala de aula a professora consegue se sobressair pois possui curso de espanhol o que facilita na comunicação e aprendizagem das crianças venezuelanas.

É recomendável que um profissional na escola seja um ponto de referência para o estudante ou o grupo de estudantes migrantes a fim de ajudá-los em questões e dúvidas cotidianas. É interessante que esse profissional conte

com o apoio de um grupo de estudantes acolhedores ou dos gremistas. Sendo também pontos de referências, eles podem apoiar a inclusão de estudantes migrantes na comunidade escolar, seja estimulando sua socialização, seja mesmo promovendo a troca cultural a partir de saraus, festas, debates etc. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 144)

É importante que haja na escola uma pessoa que compreenda a língua falada pelo estudante imigrante para que facilite a comunicação entre esse estudante e os demais no seu cotidiano escolar. A socialização e a troca cultural através de eventos promovem a inclusão dos alunos imigrantes, que é o caso do NUMA.

**Questão 2: Descreva como é a comunicação entre você, as crianças brasileiras e as crianças imigrantes.**

*“Olha é... eu consigo por ter feito um curso de espanhol, né? Que é a maior, aqui, a clientela que eu tenho imigrante é a da Venezuela, eles usam o espanhol, eu consigo dialogar com eles nessas questões que envolvem a língua deles que eles ainda não tem domínio, por exemplo, uma vez um aluno meu falou uma palavra e os colegas disseram que ele estava chamando um palavrão e eu falei pra eles, ele falou a palavra, eu não me recordo qual foi, mas eu falei pra ele, o que que é? O que significa? Ele falou. E então a palavra não era palavrão, era uma palavra do idioma espanhol, então eu fiz a intervenção com o grupo, não gente cês tão é... o colega não falou um palavrão, então a gente percebe que quando a gente conversa com eles tendo condições de identificar aspectos da linguagem deles eles se sentem mais confortáveis, eles conseguem ter mais confiança, mais condições de desenvolver sem tá sempre no julgamento. A questão da, por exemplo, a questão da alimentação deles, quando a gente fez uma festa do dia dos aniversariantes da turma, um deles trouxe um prato específico do país e aí eu peguei pra que eles olhassem, olharam assim com um pouco de desdenho, né? Porque era uma coisa diferente e eu tive que fazer essa ponte, né? De dizer, olha, isso aqui é um prato específico do lado da do país deles e tal e tentei integrar o máximo que eu pude fazer no momento, né? Fazer eles provarem, então eles se sentem mais confortáveis quando você consegue promover esse diálogo dentro da turma.”*

Por ter conhecimentos na língua espanhola a professora facilita a comunicação dos alunos imigrantes que em sua maioria são venezuelanos, ajuda a dissipar mal-entendidos linguísticos. Além de incentivar a compreensão e aceitação cultural dos imigrantes promove uma interação e diálogo que ajuda a criar um ambiente mais inclusivo e confortável para todos.

[...] as pessoas que migram procuram nas escolas o aprendizado da língua local, a continuidade dos estudos, a ampliação de qualificação e o estabelecimento de laços sociais. Em muitas situações, a escola é o único

ponto de contato do estudante e da sua família com a sociedade de destino. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 146)

As escolas desempenham um papel vital para os imigrantes, proporcionando aprendizagem da língua local, oportunidades de educação e qualificação. Além disso, são espaços de integração social, muitas vezes o único elo que os alunos e suas famílias têm com a nova sociedade. Isto sublinha a importância das escolas não apenas como ambientes educativos, mas também como facilitadores da adaptação, comunicação e inclusão dos imigrantes.

**Questão 3: Quais recursos e apoios adicionais podem ser disponibilizados para facilitar a aprendizagem linguística das crianças imigrantes que ainda estão se adaptando ao novo idioma?**

*“Olha a SEMED por exemplo como rede, como secretaria da educação pública aqui da cidade, eles oferecem um curso pros professores do projeto Ampliando Horizonte. Então eu acredito que é uma ferramenta super interessante porque se o professor tem condições de estudar e ele está sendo formado em serviço, então ele vai atuar porque ele está recebendo uma formação específica. Agora a questão dos países que a gente vê, por exemplo, muitas pessoas que vêm de outros países que acabam aparecendo nas nossas escolas, cada profissional precisa conhecer a realidade de cada, né? De cada grupo que tá sendo integrado a essa turma e aí é uma coisa específica. Agora como rede, eu acredito que uma das condições é a língua que ele pode oferecer, o profissional aprender, né? Outras questões é a questão do investimento nas escolas, a nossa escola não tem nem internet como que nós vamos montar um esquema de pesquisa sem livros, sabe? Sem um arcabouço de material que venha nos ajudar a entender a cultura dessas outras crianças, né? O que passa, né? O que se passa na educação dessas crianças, porque que eles se comportam de tal forma, tudo isso era necessário que o outro o restante do grupo tivesse condição de conhecer e só dá essa condição só é favorável se haver investimento se tiver condições da escola ter um material pra falar desses países, pelo menos pra essas crianças conhecer. O NUMA por exemplo a gente faz muito com nossos posses, a gente faz a coisa acontecer os alunos tem que pesquisar, a gente procura identificar todas as questões que envolve aquele país, a gente vai, apresenta uma dança no dia da apresentação, que é a gente chama a comunidade pra dentro da escola aí mostra a dança né? Que é daquele país específico pra que eles percebam que a cultura deles tem algo belo né? Lúdico, que a gente pode apreciar valorizando, né? Valorizando a cultura dessas crianças que vêm de fora. E eu acho que é basicamente isso amiga.”*

A Secretaria Municipal de Educação de Manaus - SEMED oferece para os educadores através do Programa Ampliando Horizontes cursos de inglês, espanhol e libras. No entanto, trabalhar com estudantes de diversas origens requer uma

compreensão específica. Investir nas escolas é fundamental para compreender e ensinar uma cultura diferente, a falta de material é um grande problema. O projeto Nações Unidas no Maria das Graças - NUMA envolve os alunos em pesquisas e apresentações sobre diversos países, promovendo a valorização cultural e demonstrando que deve ser apreciado.

A professora cita que a falta de investimentos na escola é um grande problema e existem demandas específicas da escola principalmente quando se trata de alunos imigrantes, pois a escola recebe esses alunos. É necessário mais recursos para consequentemente melhorar o trabalho realizado por toda a comunidade escolar.

Estes podem incluir contratação de professores para aulas de nivelamento ou adaptação, a contratação de intérpretes ou mediadores culturais, a capacitação dos professores do quadro da escola em idiomas ou estratégias pedagógicas novas. Além de recursos econômicos, essas escolas precisam também de reforços em termos de formação continuada dos professores para lidar com classes multilíngues e multiculturais, com o ensino do português para estrangeiros para crianças em idade escolar e com a avaliação para atribuição de série, entre outros temas. (PELLANDA E FROSSARD, 2022, p. 110)

As escolas precisam de recursos para poder contratar, por exemplo professores para aulas de nivelamento, intérpretes e formação linguística. A formação contínua é essencial para lidar com aulas multilíngues e multiculturais, ensinar português a imigrantes e avaliar corretamente os alunos. São necessários investimento e apoio abrangentes para garantir uma educação inclusiva e eficaz.

### **c) Pedagoga**

Possui formação em Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia, está na faixa-etária de 40 a 49 anos, seu tempo de experiência na docência é de 18 anos.

Exerce como pedagoga há 15 anos e atua com grupos de crianças brasileiras e imigrantes há 13 anos.

Será abordado daqui em diante a análise das interações com a pedagoga durante a coleta de dados no campo, que envolveram perguntas sobre as estratégias de inclusão das crianças imigrantes, dificuldades de comunicação e aprendizagem para essas crianças e a participação em formações para trabalhar com a inclusão de crianças imigrantes.

Ao procurar a pedagoga da escola para realizar a entrevista ela estava muito ocupada, até pensei que não fosse possível entrevistá-la, mas pediu que eu a procurasse em outro momento. No fim da manhã do mesmo dia conseguimos fazer a entrevista que foi bem proveitosa.

**Questão 1: Quais estratégias pedagógicas podem ser implementadas para promover a inclusão das crianças imigrantes?**

*“A gente procura trabalhar, os trabalhos em equipe, né? Os trabalhos em grupo e trabalhar sempre com eles a troca, é um ensina o outro. Né? Então isso facilita eles serem incluídos. Por exemplo, a questão da língua. Né? Eu estou trabalhando com as crianças venezuelanas, eles podem ensinar o espanhol mostrar pras outras crianças que, como é que se fala aquela expressão espanhol ou o nome daquele objeto. Então essa troca é muito rica. Né? Estudar o país, a origem dessa criança é algo importante, e sempre valorizar a cultura de todos. Né? Não tratar com depreciação e sempre valorizar e verificar essa questão da troca mesmo. Os trabalhos em grupo é um aprendendo com o outro. Isso é uma estratégia que dá muito certo.”*

O trabalho em grupo promove a participação dos alunos e a troca de informações. Os alunos imigrantes podem ensinar seu próprio idioma e cultura, o que enriquece o aprendizado. Explorar as raízes dos alunos é essencial, valorizando todas as culturas. Enfatizar a colaboração e a aprendizagem mútua é uma estratégia que para a pedagoga dá certo.

Cada escola tem um contexto diferente e não há uma única resposta quando refere-se à inclusão de crianças imigrantes, portanto “Conhecer as práticas pedagógicas adotadas por outras instituições em diferentes regiões do Brasil traz possibilidades de caminhos já trilhados e estimula a construção de novas trilhas.” (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 141), nunca é demais conhecer outras práticas pedagógicas para promover a inclusão das crianças imigrantes.

Inspirar-se em experiências anteriores que deram certo em outras escolas do Brasil permite explorar novas estratégias pedagógicas. Os educadores podem adaptar e incrementar suas práticas, o que enriquece a aprendizagem e beneficia os alunos. É uma forma de desenvolver o conhecimento existente e criar novas abordagens educacionais.

**Questão 2: Como as dificuldades de comunicação e de aprendizagem das crianças imigrantes são minimizadas?**

*“A principal dificuldade que a gente vê é a questão dos que estão em período de alfabetização. Então como que a gente minimiza? A gente procura dar atividades diversificadas e principalmente conversar com as famílias pra que elas ajudem. Por exemplo, utilizar o português também em casa, não só que eles vejam o português aqui, claro que eles vão manter a língua deles, né? A língua de origem mas, é trabalhar a escrita com eles em casa, então a gente conversa com a família pra que tenha essa parceria do português não ser trabalhado só aqui na escola. Tá? Mas trabalhar com eles em casa. E a questão da escrita principalmente que eles têm muita dificuldade na escrita. Né? E fazer plaquinhas, e a gente prepara a atividade diversificada de alfabetização mesmo que a família possa levar pra casa e desenvolver com a criança em casa.”*

A maior dificuldade é com os alunos que estão se alfabetizando. Para solucionar isso, a escola oferece diversas atividades e as famílias são envolvidas, incentivando a prática do português em casa, sem se desapropriar da sua língua materna. Focando na escrita e na leitura, as atividades são levadas para casa e desenvolvidas com apoio familiar. Pretende-se superar as dificuldades de escrita, que é grande e promover um ambiente de aprendizagem mais eficaz.

Se mudar de escola é um desafio para muitos estudantes, para quem atravessa uma fronteira internacional o desafio é ainda maior. Chegar a um país diferente do seu, tendo deixado para trás a escola, os amigos, e ingressar em uma nova instituição com diferentes regras, códigos culturais e, em muitas situações, uma língua desconhecida, pode assustar alguns estudantes. (EDUMIGRA, 2021, p. 142)

Mudar de escola já é difícil, mas atravessar fronteiras internacionais aumenta a dificuldade. A transição envolve deixar amigos, escola e encontrar tudo novo, e, muitas vezes, uma língua estrangeira. Isso pode fazer com que alguns alunos tenham a essa grande mudança, principalmente aqueles que estão em processo de alfabetização.

**Questão 3: Caso tenha participado de alguma formação para trabalhar com a inclusão das crianças imigrantes, comente sobre essa experiência. Em que sentido essa formação tem contribuído para o seu trabalho?**

*“A SEMED logo quando a gente teve essa questão dos imigrantes, né? Ela promoveu sim uma formação Edumigra, foi muito boa né? E essa formação contribuiu muito porque sugestões de atividades, de leituras, entendeu? Reflexões foram feitas, que ajudou a escola até esse olhar mais sensível pra questão da inclusão de imigrantes. Então Edumigra foi muito importante pra formação da equipe. Então eu fiz e também teve uma professora que fez, né? A professora Isaura e ela foi multiplicadora aqui na escola. Mas assim a escola sempre tem esse olhar bem sensível e o Edumigra veio apenas afirmar né, nosso olhar sensível e o que deve ser muito importante né? Ter esse olhar carinhoso pras pessoas que estão chegando, os imigrantes, porque é muito complicado né? Você deixou tudo e tentar entender o que aconteceu, mas a criança em si ela já tem essa sensibilidade. E é fácil pra criança. A gente que é adulto já tem mais preconceito né e às vezes a gente vê que o adulto é que passa esse preconceito pra criança. E a escola tenta trabalhar não só a criança mas as famílias também.”*

A Secretaria Municipal de Educação de Manaus - SEMED promoveu a formação Edumigra em resposta à questão dos imigrantes, enriquecendo a abordagem escolar. Essa formação resultou em propostas de ação, reflexões e conscientização sobre a inclusão dos imigrantes. A escola é sensível à diversidade e valoriza a chegada de imigrantes, o Edumigra reforça essa perspectiva inclusiva. A escola reconhece a sensibilidade natural das crianças aos imigrantes e esforça-se por chegar não só aos alunos, mas também às famílias, para criar um ambiente acolhedor para todos.

A formação virtual EDUMIGRA – Formação de Professores(as) para a Garantia do Direito à Educação de Crianças e Adolescentes Refugiados e Migrantes! tem como objetivo promover a reflexão sobre os movimentos migratórios e a acolhida de pessoas migrantes em escolas brasileiras. A formação é uma realização do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas e da Secretaria Municipal de Educação de Manaus, com parceria do programa educacional Escravo, nem pensar! da ONG Repórter Brasil. (AMAZONAS/UNICEF, 2021)

A formação tem como objetivo facilitar a consideração dos movimentos de imigração e aceitação de imigrantes nas escolas brasileiras. Além de incentivar os participantes a refletirem sobre o papel da comunidade escolar na aceitação de imigrantes, quando a diversidade cultural é incorporada e avaliada na prática educativa melhora o repertório de conhecimentos de educadores e alunos.

**d) Gestora**

Possui formação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Está na faixa-etária de 40 a 49 anos e seu tempo de experiência na docência é de 20 anos.

Seu tempo de experiência atuando como gestora é de 13 anos e sua experiência com grupos de crianças que possuem brasileiros e imigrantes é de 10 anos.

Será apresentado daqui pra frente a análise das interações com a gestora durante a coleta de dados no campo, como criar um ambiente acolhedor valorizando a diversidade cultural das crianças imigrantes, como incentivar o respeito e participação em formação para trabalhar a inclusão de crianças imigrantes foram perguntas que nortearam a entrevista.

Procurei a gestora para realizar a entrevista que prontamente se disponibilizou a responder as perguntas.

**Questão 1: Como criar um ambiente escolar acolhedor que valorize a diversidade cultural das crianças imigrantes e incentive o respeito mútuo?**

*“A escola com a proposta integral ela tem o ambiente propício pra isso porque ela valoriza a cultura e os saberes da criança. Então naturalmente numa escola com uma proposta integral de educação integral a criança ela imigrante ela já vai se sentir acolhida. Lógico que tem a barreira linguística que sempre é a maior de todas e inclusive no processo de ensino aprendizagem, no processo de alfabetização. A gente verifica muita dificuldade das crianças no processo de leitura e escrita por conta da barreira linguística, mas a gente tenta superar essas barreiras, nós temos vários, no caso dos venezuelanos, nós temos vários professores aqui que fizeram curso de espanhol que se formaram agora que foi o curso oferecido pela rede justamente, é um projeto, né? Da Prefeitura de Manaus, uma parceria que é o programa ampliando horizontes que foi voltado pra atender esse público porque o Maria das Graças e o Hermann Gmeiner tinham muitas crianças que falavam espanhol. Então foi oferecido esse curso agora na metade do ano se formou uma turma né? “*

Ainda sobre o questionamento se a escola possui um ambiente acolhedor que respeite a diversidade cultural e dificuldades dos imigrantes, a gestora continua seu depoimento, destacando o curso de espanhol para os professores como estratégia positiva da Secretaria de Educação:

*“Essa é uma das formas de auxiliar também a escola, você ter pessoas que falam a língua, a língua nativa dessas crianças e que vão ajudar a conduzir o processo, porque por mais que alguns já estejam há mais tempo aqui convivendo com a língua portuguesa, e que a criança aprenda mais rápido, em casa eles falam só espanhol. Falam mais o espanhol. Então isso acaba causando essa confusão na criança. Eles atrasam mais os processos de ensino aprendizagem, não é da mesma forma do que uma criança que não venha dessa situação.*

No âmbito do respeito mútuo, o acolhimento tem uma função primordial. Sobre isso, a gestora explica o seguinte:

*“Há o acolhimento, o respeito, o Maria das Graças ele tem o NUMA que é o Nações Unidas Maria das Graças, um projeto que a culminância dele é uma apresentação das danças de outros países, é feito uma pesquisa sobre culinária, cultura, pontos turísticos, aspectos econômicos, sociais desses lugares. É procurado valorizar nesse momento eles se sentem muito valorizados, as famílias se sentem valorizadas, são pais que são convidados a se apresentar, cantar uma música, apresentar uma dança do país deles. Então eles são incluídos o tempo todo. Convidar para preparar um prato da culinária deles. Eles são incluídos o tempo todo. E a gente fica atento a essas possíveis exclusões que possam vir a acontecer, de grupinho, de excluir, de uma brincadeira ou a criança fica à margem porque não está conseguindo aprender da mesma forma que os outros. Os professores estão sempre atentos a isso”*

A escola com proposta integral valoriza a cultura e saberes dos alunos, incluindo imigrantes. As barreiras linguísticas são um desafio, especialmente nas áreas da leitura e da escrita, mas a escola se esforça para superá-las. Algumas professoras da escola recentemente se formaram através do Programa Ampliando Horizontes, no curso de idioma espanhol. O projeto que existe na escola, o Nações Unidas Maria das Graças - NUMA, incentiva os alunos a compreender as diferentes culturas através de apresentações e pesquisas. A escola se atenta para evitar a exclusão, estar consciente das possíveis dificuldades de aprendizagem e ser inclusiva.

Não há uma única resposta ou uma receita que devemos seguir no acolhimento a migrantes. É preciso entender o contexto de cada escola – incluindo um mapeamento de quem faz parte da comunidade escolar – e as possibilidades de ação. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 141)

O acolhimento de migrantes nas escolas é um processo complexo e individualizado. Não existe uma abordagem única para todos. É fundamental considerar as circunstâncias específicas de cada escola e compreender a diversidade dos alunos e dos membros da comunidade escolar. As medidas de

acolhimento devem ser adaptadas às necessidades e possibilidades individuais, levando em consideração fatores como a cultura, a língua e a experiência pessoal. Isto requer flexibilidade e sensibilidade por parte dos educadores e gestores escolares.

**Questão 2: Caso tenha participado de alguma formação para trabalhar com a inclusão das crianças imigrantes, comente sobre essa experiência.**

*“Na época que eu estava no CMEI houve essa formação quem iam eram as pedagogas eu não cheguei a participar da formação”*

Formações para serem trabalhados os processos de inclusão das crianças imigrantes e refugiadas é para todos os educadores. Inclui a compreensão da diversidade cultural, a abordagem das barreiras linguísticas, adoção de práticas pedagógicas flexíveis e envolvimento da família. A escola como um todo deve abraçar a inclusão e tentar minimizar os impactos negativos que alguns já sofrem antes de chegar na escola.

### **3.3.3 A sala de aula: observação participante**

Neste item apresentamos as observações feitas em sala de aula. Informações obtidas através da observação que nos levaram a definir o tema da pesquisa. A observação participante desempenha um papel importante na pesquisa de campo, permitindo que fiquemos imersos no ambiente que está sendo estudado. Isso aumenta a validade e a qualidade da pesquisa.

Na escola onde realizei o Estágio II, notei que havia mais crianças imigrantes, a maioria venezuelanas, do que no Estágio I. Com turmas de aproximadamente 25 a 30 alunos, 5 eram imigrantes.

Em uma turma de 4º ano, haviam dois alunos venezuelanos, um deles já era para estar no 6º ano, mas infelizmente não conseguiu por falta de algum documento. Esse aluno era o mais desenvolvido da turma, extremamente prestativo e sempre disposto a ajudar a professora e os colegas em tudo, tinha dificuldade na linguagem e escrita, mas era ótimo em matemática.

Entre os documentos frequentemente pedidos às crianças migrantes para a matrícula na escola, está também o histórico escolar completo do país de origem, que, não raras vezes, é pedido com tradução juramentada – um custo alto e, para muitas famílias, difícil de assumir. Para crianças refugiadas ou que migraram em condições vulneráveis, esses documentos podem não existir, porque ficaram no país de origem, porque se perderam ou porque foram destruídos. (PELLANDA E FROSSARD, 2022, p. 59)

A falta de documentação pode criar uma barreira no momento da matrícula, o que dificulta para as crianças imigrantes acessarem a escola, o histórico escolar por exemplo é um documento que pode não existir por ter sido destruído ou perdido, especialmente para famílias vulneráveis.

Fui para uma turma de 2º ano também, onde fiquei até o final do Estágio, aproximadamente 12 dias fiquei acompanhando essa sala. A turma era de 25 alunos e tinham 5 alunos venezuelanos. Por serem mais novos o lanche foi mais cedo, então a professora seguiu uma rotina de dizer o dia, como estava o tempo, leitura compartilhada e frequência até o horário do lanche que é 8h. Após o lanche ela iniciaria as atividades do dia.

Ao retornar para a sala, a professora pediu que eles pegassem os cadernos. Ela começou a escrever no quadro a atividade e em seguida eles começaram a copiar. O quadro ficava cheio de atividades, após eles terminarem de copiar ela explicava cada questão e como deveriam fazer. A professora passava de mesa em mesa vendo se todos conseguiram fazer. Ela colocava sentados na frente os alunos que têm muitas dificuldades, que são os venezuelanos, por conta da língua mesmo.

Há que se respeitar o tempo de adaptação dos estudantes. Por estarem acostumados a uma outra dinâmica escolar e cultural, podem levar certo tempo para se adequar aos horários, os intervalos, a organização das filas, ou mesmo estranhar alimentos da merenda escolar. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 143)

É importante respeitar o período de adaptação dos alunos imigrantes, tendo em conta a sua dinâmica escolar anterior. Ajustar-se aos horários, intervalos, organização e até mesmo fazer as refeições pode levar muito tempo para entender e se acostumar.

A professora deixava um tempo eles fazendo a atividade e depois corrige no quadro com eles. Ela sempre ficava ao lado das crianças venezuelanas por conta da

dificuldade na língua portuguesa e quando eu estava em sala ela pedia que eu os auxiliasse também.

Além das dificuldades linguísticas, às vezes, não reconheciam alguns objetos por nunca terem visto, muitas vezes não sabiam dizer o nome do objeto e acabavam por não dizer o que queriam. Em uma aula de geografia cujo tema era “Meios de transporte e sua funcionalidade”, houve uma conversa sobre como eles chegavam até a escola, depois uma apresentação de um vídeo sobre os meios de transporte e após isso uma brincadeira.

Foi imagem e ação, em grupo fizeram uma lista de todos os meios de transportes que eles conheciam e depois eles nos entregaram. Nessa atividade, algumas dessas crianças imigrantes e refugiadas escreveram do jeito que falavam, por exemplo, “*autobús*”, “*buque*”, a partir dessa lista eles iam imitar para os outros grupos. Essa brincadeira foi bem divertida, alguns grupos listaram meios de transporte mais comuns aqui da região norte como canoa, voadeira, e as crianças venezuelanas não conheciam, então mostramos a elas.

A diversidade cultural, quando incluída e valorizada nas práticas pedagógicas, amplia o repertório de saberes de educadores e estudantes, proporciona a troca de conhecimentos, a aproximação de toda a comunidade e fortalece o sentimento de pertencimento de todas as pessoas envolvidas.(AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 149)

Incluir a diversidade cultural nas práticas pedagógicas enriquece a aprendizagem dos estudantes e educadores proporcionando uma troca de saberes e sentimento de aproximação e pertencimento de toda a comunidade envolvida.

Dentre os conteúdos abordados na formação oferecida aos professores pelo EDUMIGRA estão algumas propostas didáticas que “A ideia é multiplicar o que aprendemos para a comunidade escolar e refletir coletivamente como melhor acolher a população migrante em nossas escolas.” (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 160), portanto, ao final da formação os educadores irão exercitar tudo o que foi aprendido.

Partindo do entendimento de que toda a equipe de profissionais que trabalha na escola é educadora na sua atuação cotidiana – incluindo auxiliares técnicos de educação, agentes educacionais, assistentes de direção, diretoras(es), coordenadoras(es) pedagógicas(os) e professoras(es) – é preciso que a reflexão sobre a acolhida de migrantes

internacionais nas unidades educacionais toque a todas e todos. E um ponto fundamental para essa reflexão é conhecer nossa comunidade escolar. É preciso levantar as origens e mapear a presença de estudantes e profissionais migrantes em nossas escolas para melhor abordar e trabalhar o tema. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 162)

A acolhida de migrantes internacionais é uma responsabilidade coletiva entre todos os profissionais da escola. Reconhecer a diversidade que existe na comunidade escolar e avaliar a presença de estudantes e profissionais migrantes pode ajudar a compreender melhor a forma como trabalhar o tema que tem como objetivo conhecer a origem de quem faz parte da comunidade escolar.

Com o mapeamento da origem de quem faz parte da comunidade escolar, passamos para uma atividade voltada aos professores e professoras. Estes têm um papel fundamental na valorização dessa diversidade cultural mapeada já que podem incorporar em suas práticas pedagógicas os novos aportes de conhecimento e cultura trazidos pela presença de pessoas de origens diversas na escola. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 165)

A atividade de mapear a diversidade cultural da comunidade escolar é um passo para a conscientização e valorização das diferentes origens. Permitir que os professores incorporem esta abordagem nas suas práticas de ensino haverá uma troca de conhecimentos e experiências entre alunos e educadores, o objetivo é estimular a inclusão da diversidade cultural trazida pela presença de estudantes migrantes nas práticas pedagógicas.

Ao longo desta formação conhecemos diferentes desafios que se mostram presentes na vida da população migrante nos países de destino. Dificuldades de comunicação, de acesso à informação e de exercer seus direitos fundamentais como saúde e educação se somam, em muitas situações, a manifestações de discriminação, xenofobia e violência. 1. Nossa atividade começa com uma roda de conversa introdutória com os estudantes sobre as migrações internacionais. (AMAZONAS/UNICEF, 2021, p. 168)

Os imigrantes enfrentam desafios como barreiras linguísticas, acesso limitado à informação e aos direitos básicos, xenofobia e violência, o que reforça a necessidade de acolhimento e assistência eficaz. A partir de uma conversa sobre as migrações a proposta da atividade é estimular a reflexão dos estudantes sobre como acolhemos quem chega à escola.

O Estágio foi um componente valioso no processo de pesquisa relacionado à educação inclusiva das crianças imigrantes e refugiadas, fornecendo oportunidades para coletar dados que enriquecem a pesquisa e por estar inserida em um ambiente escolar pude observar que há uma necessidade de ter um olhar mais direto para as crianças imigrantes e refugiadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do trabalho exigiu mais do que conhecimento teórico, foi necessário retomar o percurso formativo de maneira reflexiva, relacionando com as inquietações que moveram a pesquisa sobre a inclusão de imigrantes e refugiados que, atualmente, estudam nos Anos Iniciais em uma escola municipal de Ensino Fundamental de Manaus.

Considerando que o objetivo geral previa analisar a inclusão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de crianças imigrantes e refugiadas, relacionamos isso às vivências do Estágio Supervisionado na escola *locus* da pesquisa. E salientamos que o mesmo foi alcançado por meio dos objetivos específicos.

Nesse sentido, abordamos ao longo da monografia os fundamentos teóricos, bem como os aparatos legais que reconhecem as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos. Além disso, destacamos os projetos e ações escolares que conseguimos identificar através da pesquisa bibliográfica sobre inclusão de imigrantes e refugiados.

No âmbito da pesquisa de campo, além dos dados coletados durante o Estágio e registrados no caderno de campo, conseguimos interagir com crianças de duas turmas dos Anos Iniciais através da observação participante e com as professoras, pedagoga e gestora através da entrevista, buscando conhecer e compreender melhor a problemática de pesquisa no dia a dia da escola investigada.

Para o aprofundamento do estudo do tema, os autores e os documentos pesquisados foram essenciais, pois enriqueceram a pesquisa formando uma base teórica confiável como a do EDUMIGRA (AMAZONAS/UNICEF, 2021) e Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

O retorno à escola do Estágio foi de extrema importância para a complementação da coleta de dados da pesquisa, essa etapa foi organizada com o intuito de responder às questões sobre a realidade do trabalho com essas crianças imigrantes, as perguntas: há planejamento de atividades diferenciadas para as crianças imigrantes? e como pode ser adaptado o currículo para atender às necessidades educacionais e culturais específicas das crianças imigrantes nos Anos Iniciais? Foram direcionadas às professoras. à pedagoga: quais estratégias pedagógicas podem ser implementadas para promover a inclusão das crianças

imigrantes? e à gestora: como criar um ambiente escolar acolhedor que valorize a diversidade cultural das crianças imigrantes e incentive o respeito mútuo?

Por fim, o presente trabalho trouxe grandes contribuições ao meu processo de construção como cidadã, destacando-se três que se referem a minha vida pessoal, formação acadêmica e futura caminhada profissional.

No que se refere às contribuições à vida pessoal, o trabalho desempenhou um papel importante para a compreensão sobre a inclusão das crianças imigrantes, mas também proporcionou um olhar mais sensível às questões culturais e sociais que estas crianças enfrentam.

Quanto à formação acadêmica é importante destacar que fazer uma pesquisa monográfica acrescenta nas habilidades de pesquisa e análise crítica, na contribuição de um estudo mais aprofundado sobre um determinado tema e é uma preparação para futuras atividades acadêmicas.

A perspectiva de atuação profissional certamente conseguiu ser fortalecida com esse trabalho de conclusão de curso, porque permite um contato direto com o tema da inclusão das crianças imigrantes nas escolas. A pesquisa e análise realizada proporciona uma compreensão das complexidades e desafios deste contexto. As reflexões sobre as práticas pedagógicas inclusivas, a análise de documentos e a contribuição dos autores são relevantes já que mostram com clareza as necessidades destes alunos e abordagens eficazes para promover a sua inclusão escolar.

Como pedagoga, pretendo contribuir com a inclusão escolar das crianças imigrantes e refugiadas, reconhecendo que todas têm direitos independentemente de onde sejam. Cabe a mim criar ambientes acolhedores e que valorizem a criança como um todo e praticar valores como igualdade, empatia e respeito mútuo.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Conselho Estadual de Educação. **Referencial Curricular Amazonense: Ensino Fundamental Anos Iniciais**. Manaus: MEC: CONSED: UNDIME, 2019

AMAZONAS/UNICEF. Secretaria de Estado da Educação; Secretaria Municipal de Educação de Manaus. **Manual EDUMIGRA. Formação virtual EDUMIGRA – Formação de Professores(as) para a Garantia do Direito à Educação de Crianças e Adolescentes Refugiados e Migrantes**, Manaus, 2021.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade: Implicações educativas**. Foz do Iguaçu: 2003.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pelo Brasil Adotada pela Resolução n.º L. 44 (XLIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989**. Brasília, DF, 1990.  
Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 28 de março de 2023.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.  
Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 28 de março de 2023.

BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica MEC/CNE/CEB, 2010.

BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração**. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de maio de 2017a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/L13445.htm). Acesso em: 07 de julho de 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e

Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

CORREIA, M. C. (1999). A Observação Participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, 13(2), 30-36.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUBA, E.; LINCOLN, Y. 1981. *Effective Evaluation*. São Francisco: Jossey-Bass.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. . 1986. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Elcimar Simão; FRANÇA, Tânia Maria Sousa. **Os registros da ação docente no período do estágio supervisionado: uma experiência formativa**. *Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista – Bahia. Brasil*, v. 16, n. 43, p. 51-68, Edição Especial, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 7 de julho de 2023.

PELLANDA, Andressa; FROSSARD, Marcele. **Crianças e adolescentes migrantes**. Coordenação Campanha Nacional pelo Direito à Educação. S. Paulo/SP: Expressão Popular, 2022.

SEMED. **Currículo Escolar Municipal**. Manaus, 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, Haíla Ivanilda; GASPARD, Mônica. **Estágio supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de Licenciatura em Pedagogia**. *Rev. bras. Estud. pedagog.*, Brasília, v. 99, n. 251, p. 205-221, jan./abr. 2018.

TADEU. Bruno. **Alunos venezuelanos em escolas do Amazonas já somam 8 mil crianças**. *Toda Hora*, Manaus, 19 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://todahora.com/aumento-de-alunos-venezuelanos-em-escolas-do-am-inspira-estudo-sobre-ensino-do-portugues/>. Acesso em 04 de agosto de 2023.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em 28 de março de 2023.

## APÊNDICE A - Questionário/Entrevista para a Professora

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
 ESCOLA NORMAL SUPERIOR  
 CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Prezada Professora:

A presente entrevista faz parte da minha pesquisa de monografia do Curso de Pedagogia que objetiva “analisar como tem sido o processo de inclusão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das crianças imigrantes e refugiadas” Dessa maneira, solicito valiosa colaboração respondendo às questões sobre a realidade do seu trabalho com essas crianças. Desde já agradeço, esclarecendo que os dados fornecidos serão utilizados somente para fins da pesquisa e que o nome da Escola, como também de seus profissionais serão mantidos em sigilo.

Atenciosamente

Acadêmica Joamely Isabele Mendonça Matos

### Dados Acadêmicos e Profissionais:

01. Formação \_\_\_\_\_
02. Faixa-etária: ( ) 30 a 39 anos; ( ) 40 a 49 anos; ( ) Mais de 50 anos
03. Tempo de experiência na docência: \_\_\_\_\_
04. Há quanto tempo atua com grupos de crianças que possuem brasileiros e imigrantes: \_\_\_\_\_

### Caracterização das atividades pedagógicas:

- Comente como as aulas são planejadas para a turma de modo geral.
- Exemplifique a aplicação de uma das aulas.
- Há planejamento de atividades diferenciadas para as crianças imigrantes? Exemplifique
- Como pode ser adaptado o currículo para atender às necessidades educacionais e culturais específicas das crianças imigrantes nos Anos Iniciais?
- Descreva como é a comunicação entre você, as crianças brasileiras e as crianças imigrantes.
- Quais recursos e apoios adicionais podem ser disponibilizados para facilitar a aprendizagem linguística das crianças imigrantes que ainda estão se adaptando ao novo idioma?

Muito obrigada!

**APÊNDICE B - Entrevista para a Pedagoga**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

ESCOLA NORMAL SUPERIOR

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Prezada Pedagoga:

O presente material (questionário/entrevista) faz parte da minha pesquisa de monografia do Curso de Pedagogia que objetiva “Analisar como tem sido o processo de inclusão das crianças imigrantes e refugiadas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”.” Dessa maneira, solicito valiosa colaboração respondendo às questões sobre a realidade do seu trabalho com essas crianças. Desde já agradeço, esclarecendo que os dados fornecidos serão utilizados somente para fins da pesquisa e que o nome da Escola, como também de seus profissionais serão mantidos em sigilo.

Atenciosamente

Acadêmica: Joamely Isabele Mendonça Matos

**Dados Acadêmicos e Profissionais:**

01. Formação \_\_\_\_\_

02. Faixa-etária: ( ) 30 a 39 anos; ( ) 40 a 49 anos; ( ) Mais de 50 anos

03. Tempo de experiência na docência: \_\_\_\_\_

04. Há quanto tempo atua com grupos de crianças que possuem brasileiros e imigrantes: \_\_\_\_\_

**Caracterização das atividades pedagógicas:**

- Quais estratégias pedagógicas podem ser implementadas para promover a inclusão das crianças imigrantes?
- Como as dificuldades de comunicação e de aprendizagem das crianças imigrantes são minimizadas?
- Caso tenha participado de alguma formação para trabalhar com a inclusão das crianças imigrantes, comente sobre essa experiência. Em que sentido essa formação tem contribuído para o seu trabalho?

Muito obrigada!

**APÊNDICE C - Entrevista para a Gestora**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA NORMAL SUPERIOR  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Prezada Gestora:

A presente entrevista faz parte da minha pesquisa de monografia do Curso de Pedagogia que objetiva “analisar como tem sido o processo de inclusão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das crianças imigrantes e refugiadas” Dessa maneira, solicito valiosa colaboração respondendo às questões sobre a realidade do seu trabalho com essas crianças. Desde já agradeço, esclarecendo que os dados fornecidos serão utilizados somente para fins da pesquisa e que o nome da Escola, como também de seus profissionais serão mantidos em sigilo.

Atenciosamente

Acadêmica: Joamely Isabele Mendonça Matos

**Dados Acadêmicos e Profissionais:**

01. Formação \_\_\_\_\_

02. Faixa-etária: ( ) 30 a 39 anos; ( ) 40 a 49 anos; ( ) Mais de 50 anos

03. Tempo de experiência na docência: \_\_\_\_\_

04. Há quanto tempo atua com grupos de crianças que possuem brasileiros e imigrantes: \_\_\_\_\_

**Caracterização das atividades pedagógicas:**

- Como criar um ambiente escolar acolhedor que valorize a diversidade cultural das crianças imigrantes e incentive o respeito mútuo?
- Caso tenha participado de alguma formação para trabalhar com a inclusão das crianças imigrantes, comente sobre essa experiência.

Muito obrigada!

**ANEXO 01 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA NORMAL SUPERIOR  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Eu \_\_\_\_\_ portador do RG. Nº \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_ aceito participar da pesquisa intitulada ” \_\_\_\_\_.” desenvolvida pelo (a) acadêmico(a)/pesquisador(a) \_\_\_\_\_ e permito que obtenha fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, filmagens e gravações de voz ficarão sob a propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda do mesmo.

Manaus, ..... de ..... de 2023

---

Assinatura do participante ou Responsável